

MIRELLA MATOSO LETTIERI LEAL DAMÁSIO

O ENSINO DA CONCORDÂNCIA VERBAL EM PORTUGUÊS: UMA PROPOSTA  
METODOLÓGICA DE INTERVENÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Este projeto tem como Área de concentração: Linguagens e Letramento. Linha de pesquisa: Leitura e Produção Textual: diversidade social e práticas docentes.

Orientadora: Profa. Dra. Sulemi Fabiano Campos

Natal

2015

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Central Zila Mamede

Damasio, Mirella Matoso Lettieri Leal.

O ensino da Concordância Verbal em português: uma proposta metodológica de intervenção / Mirella Matoso Lettieri Leal Damasio. - 2017.

120f.; il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Mestrado Profissional em Letras.

Orientador: Sulemi Fabiano Campos.

Coorientador: Marco Antonio Martins.

1. Concordância Verbal - Variação - Dissertação. 2. Sociolinguística - Dissertação. 3. Prática de escrita - Dissertação. I. Campos, Sulemi Fabiano. II. Martins, Marco Antonio. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 811.134.3'36

**MIRELLA MATOSO LETTIERI LEAL DAMÁSIO**

**O ENSINO DA CONCORDÂNCIA VERBAL EM PORTUGUÊS: UMA PROPOSTA  
METODOLÓGICA DE INTERVENÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Letras pelo Mestrado Profissional em Letras (Profletras) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Banca examinadora:

---

Prof. Dra. Sulemi Fabiano Campos – UFRN

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr. Marco Antonio Martins – UFSC

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Silvia Rodrigues Vieira – UFRJ

Conceito:

---

Natal, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Dedico esta dissertação aos meus familiares. Em especial aos meus pais e filhos que sempre me deram apoio ao longo desse período intenso e incansável de estudo e trabalho.

## AGRADECIMENTOS

À professora Sulemi Fabiano Campos, minha orientadora, pela forma atenciosa e paciente com que me conduziu durante esta jornada.

Ao professor Marco Antonio Martins, meu co-orientador, que muito contribuiu para o meu trabalho em sala de aula no que tange ao ensino de gramática.

À professora Sílvia Rodrigues Vieira, pela atenção e paciência com que me orientou em nosso produtivo encontro.

À professora Kátia Cilene Ferreira França, pelas contribuições necessárias para a construção desta pesquisa.

A todos os professores do Profletras, que contribuíram com nosso amadurecimento acadêmico e atualização profissional.

Aos colegas de turma, que enriqueceram as aulas com suas experiências pedagógicas.

À CAPES, pela Bolsa de Estudos que representou um importante apoio financeiro.

À minha família, em especial meus pais, que proporcionaram a minha educação e são grandes incentivadores do meu contínuo aprimoramento profissional.

# **O ENSINO DA CONCORDÂNCIA VERBAL EM PORTUGUÊS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DE INTERVENÇÃO**

## **RESUMO**

Considerando que o fenômeno da concordância verbal é importante para a caracterização do padrão culto escrito e um dos fatores morfossintáticos que garante uma polarização social no Brasil, esta dissertação tem como objetivo geral sistematizar uma proposta didático-pedagógica para um ensino de gramática que considere a língua em uso. Nesse sentido, é relevante discutir sobre a necessidade de se estudar gramática na escola, entendendo por gramática aqui “o estudo das condições linguísticas de significação” (FRANCCHI, 2006). Para tanto, analisaremos, inicialmente, como esse fenômeno gramatical se manifesta em textos escritos de alunos de uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Natal/RN, para o conhecimento real dos fatores que presidem à opção do aluno pela aplicação ou não da regra canônica de concordância verbal. No quadro deficitário da educação brasileira, é lugar-comum alarmar-se diante da fragilidade do desempenho verbal – especialmente, escrito – dos nossos alunos. Entretanto, poucas vezes se evolui com clareza a respeito do ensino-aprendizagem da língua materna em nosso país, passo que exige coerência teórica e rigor metodológico. Para desconstruir essas noções do senso comum, apresentam relevante contribuição os estudos sociolinguísticos de Willian Labov (2008) e Stella Maris Bortoni Ricardo (2004, 2005). Para encaminhamentos, diretrizes e sugestões sobre o ensino de gramática – considerada parte integrante do conteúdo programático de Língua Portuguesa – recorreu-se ao apoio de Franchi (2006), Vieira e Brandão (2011), Faraco (2008), Martins (2013) e Martins e Tavares (2013). Análises iniciais sinalizam que os padrões de concordância verbal dos textos dos alunos refletem padrões gerais já sistematizados: a produtividade do cancelamento da marca de número é condicionada também por fatores de ordem estrutural. Dos elementos de caráter linguístico, mostram-se significativos a saliência fônica, o paralelismo nos níveis oracional e discursivo, e a posição do sujeito em relação ao verbo. A partir disso, propomos aqui encaminhamentos metodológicos que desenvolvam o raciocínio lógico-científico sobre a linguagem na esfera dessa estrutura morfossintática específica a fim de promover o domínio do maior número possível de variantes linguísticas, colocadas à disposição do aluno para a construção do sentido.

Palavras-chave: Variação, concordância verbal, sociolinguística, prática de escrita.

# TEACHING VERB AGREEMENT IN PORTUGUESE: A METHODOLOGY PROPOSAL FOR INTERVENTION

## ABSTRACT

Considering that verb agreement phenomenon is important for the characterization of the written educated norm and that it is one of the morphosyntactic factors for ensuring social polarization in Brazil, this work has the general objective of systematizing a didactic and pedagogical proposal for a grammar teaching that considers the language in use. Therefore, it is relevant to discuss the need for studying grammar at school, understanding grammar as "the study of the linguistic conditions of signification" (FRANCCHI, 2006). For that matter, we will analyze initially how the verb agreement in 3rd person plural is expressed in written texts of students from the 9th grade of Elementary School in a public school of Natal/RN, in order to learn about the actual knowledge of the factors that govern the choice for application or not of the canonical rule. In the Brazilian education deficitary framework is a commonplace to be concerned towards the fragility of our students' verbal performance – the written one, in particular. However, it is not fully assumed by teachers how to combine essentially grammatical content with reading activities and text production and the strategies to address the variable linguistic structures present in the text. In order to deconstruct these common sense concepts, the sociolinguistic studies of William Labov (2008) and Stella Maris Bortoni Ricardo (2004, 2005) provide an important contribution. For referrals, guidelines and suggestions on grammar teaching – considered as an integral part of Portuguese language curriculum – we found support in Franchi (2006), Vieira and Brandão (2011), Faraco (2008), Martins (2013) and Martins and Tavares (2013). Initial analyzes indicate that the verb agreement patterns of students' texts reflect general patterns already systematized: the productivity of number mark cancelation is also conditioned by structural factors. On the elements of linguistic character are shown as significant the phonics prominence, the parallelism in clausal and discursive levels, and the position of the subject in relation to the verb. As from this point, we propose herewith methodological referrals to develop the logical and scientific reasoning about language in the sphere of that particular morphosyntactic structure in order to promote, considering the variation *continuum*, the domain of the largest possible number of linguistic variants available to the student for the construction of meaning.

Keywords: Variation, grammar, verb agreement, sociolinguistics, written production.

## SUMÁRIO

### ÍNDICE DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

<b>PRÓLOGO</b>	13
<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	23
1.1 Contribuições da sociolinguística para o ensino de português	23
1.2 Conceitos básicos para a área pedagógica	28
1.3 O modelo dos contínuos	29
1.4 O fenômeno variável da concordância verbal no português brasileiro	35
1.4.1 A abordagem tradicional	35
1.4.2 As pesquisas de cunho descritivo	38
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>O DIAGNÓSTICO</b>	42
2.1 A CV de P6 produzida pelos alunos do 9º ano	42
2.1.1 Os pressupostos metodológicos	43
2.1.2 A contextualização da pesquisa	45
2.1.2.1 A cidade do Natal e a unidade escolar selecionada	45
2.1.2.2 A comunidade de fala dos alunos	47
2.1.2.3 A caracterização da amostra escrita	48
2.1.3 Procedimentos de recolha de dados da escrita	49
2.1.4 Resultados dos dados da escrita	54
2.1.4.1 Resultados gerais	54
2.1.4.2 Resultados dos grupos de fatores linguísticos e análise dos dados	57
2.2 Análise do livro didático do 9º ano da EMA	61
2.2.1 As características gerais do livro didático	61
2.2.2 A concordância verbal no LD	63
2.3 Levantamento de questões e hipóteses	67

<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO</b>	69
3.1 A fundamentação teórico-metodológica da intervenção	70
3.1.1 O ensino de gramática em três eixos	70
3.2 Uma proposta para o ensino de concordância verbal para o ensino fundamental	73
3.2.1 Composição das etapas	75
3.2.2 Descrição das atividades	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	84
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	87
<b>ANEXOS</b>	91

## LISTA DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

### QUADROS:

**Quadro 1:** Etapas para execução da proposta escrita.....p. 47

**Quadro 2:** Atuação da variável saliência fônica quanto à ausência da marca de plural.....p. 56

**Quadro 3:** Atuação da variável posição do sujeito em relação ao verbo quanto à ausência da marca de plural.....p.57

**Quadro 4:** Atuação da variável distância entre SN e SV quanto à ausência da marca de plural.....p.58

**TABELA:**

**Tabela 1:** Índices globais referentes à ausência/presença de marca canônica da concordância verbal de P6.....p.51

**GRÁFICOS:**

**Gráfico 1:** Percentuais de cancelamento da marca de número.....p. 51

## FIGURAS:

- Figura 1:** Diagrama da pesquisa-ação.....p.41
- Figura 2:** *Texto entregue para a 1ª etapa do diagnóstico, intitulado Lei Seca atinge mais baixa renda*.....p.48
- Figura 3:** Folha entregue para a 2ª etapa do diagnóstico.....p.49
- Figura 4:** Proposta de redação para a etapa 3.....p.50
- Figura 5:** Capa do livro didático adotado para o 9º ano da EMA.....p.60
- Figura 6:** Sumário da Unidade 3 do LD.....p.61
- Figura 7:** Regras especiais focalizadas como “regras particulares, particularidades, exceções”.....p.62
- Figura 8:** Exemplo apresentado no Datashow para ser reescrito em um estilo mais monitorado.....p.75
- Figura 9:** Matéria publicada no Jornal Nacional em 2014 sobre o MEC.....p.76
- Figura 10:** Matéria publicada no Gazeta do Povo em 2014.....p.77
- Figura 11:** Definição de concordância verbal no LD.....p.78
- Figura 12:** Continuação da definição de concordância verbal no LD.....p.78

## PRÓLOGO

Embora esta pesquisa tenha sido iniciada em 2013, no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), curso de pós-graduação *stricto sensu* que conta com a participação de instituições de ensino superior públicas no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), suas raízes e motivações mais genuínas vinham sendo construídas em minha trajetória como docente de língua portuguesa desde 2006, situadas em algumas circunstâncias e, principalmente, em questionamentos e inquietudes que buscarei elucidar nesta apresentação.

A primeira dessas circunstâncias está situada em 2006. Naquele ano, finalizei a minha graduação em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura na UFRN e iniciei a docência na escola privada, no município de Natal/RN, dando aula de Língua Portuguesa para os 6º e 7º anos do Ensino Fundamental.

Escutava as reclamações de outros colegas de profissão a respeito da dificuldade de aprendizagem e da falta de interesse dos seus alunos, e da falta de estímulo desses próprios profissionais. O discurso parecia a única história que poderia ser contada: os alunos chegavam ao 6º ano sem entender os comandos das questões, não sabiam escrever, não conseguiam interpretar os textos. Sempre tinha um “não” na frente de tudo.

Meu ingresso como professora na escola pública em 2009, no mesmo município, também me levou às mesmas inquietações. Agora, lecionava para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental<sup>1</sup>, mas, mesmo assim, a insatisfação dos professores não tinha sido resolvida. Para eles, os alunos não conseguiam se comportar com o mínimo de maturidade, não demonstravam interesse pela aquisição de conhecimento e, muito menos, possuíam um comportamento linguístico adequado para a escola.

Observei, também, que as orientações oficiais para o ensino de português nas escolas já tinham proposto o reconhecimento e o respeito às variedades linguísticas desses alunos. Entretanto, essas orientações não estavam sendo, ainda, praticadas pelos professores: o que se via era a variação e a diversidade sendo colocadas como estereótipos e o preconceito linguístico se perpetuando sob o mito de que existe uma norma única. Na sala dos professores, especialmente nos intervalos das aulas, ouvia com frequência uma postura que

---

<sup>1</sup> Com a aprovação da Lei no 11.274/2006, o Ministério da Educação implantou uma política de ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos de duração com o intuito de incluir um número maior de crianças no sistema educacional brasileiro, especialmente aquelas pertencentes aos setores populares.

estigmatizava a fala do aluno, uma reação negativa ao uso da linguagem não padrão usada por eles. Era comum para muitos professores alarmar-se diante da fragilidade do desempenho verbal – sobretudo, escrito – de seus alunos.

Percebi que esse trato inadequado ou até desrespeitoso, que não ficava restrito às salas dos professores, mas se fazia presente também nas salas de aula, provocava insegurança ou, então, o desinteresse ou a revolta do aluno. Na prática, como se comportar nesses momentos ainda está sendo problemático: uns ficam inseguros sem saber se devem corrigir ou não, que erros devem corrigir ou até mesmo se podem falar em erros, e outros tratam de forma anedótica os fenômenos da variação. Chama-se atenção para o julgamento feito sobre os alunos: mesmo tendo contato com a norma padrão da língua na sala de aula, mostram muitas lacunas em relação ao uso da variação. Justificativas como “as crianças são pobres, sem estímulos culturais, mal alimentadas, não se concentram” ou “apresentam *déficit cognitivo e privação verbal*” são apontadas como fatores responsáveis pela dita incapacidade de progressão verbal desses alunos.

Meu primeiro contato com cursos de pós-graduação ocorreu no ano de 2010 – quase quatro anos após o término de minha graduação na UFRN – no curso de especialização em *Leitura e Literatura*, ofertado pela Universidade Potiguar –UnP. Naquele momento, comecei a ter um maior contato com textos mais representativos para a minha formação, uma vez que era urgente tentar aliar os resultados científicos à minha prática didático-pedagógica.

O ingresso, em 2013, no Mestrado Profissional em Letras propiciou que eu novamente refletisse sobre a minha prática docente ao propor a elaboração de um projeto de intervenção composto por um conjunto de proposições de trabalho para o ensino de um ou mais conteúdos de Língua Portuguesa, voltados para o Ensino Fundamental. Nesse momento, pensei novamente na diferença linguística de meus alunos da escola pública. Comecei a perceber meu interesse em estudar a diferença, o “canto desafinado”, a relação com o aprendizado, à resistência à gramática tradicional (normativa).

A minha orientadora Sulemi Fabiano Campos, na época professora de *Elaboração de Projetos e Tecnologia Educacional*, sabendo do meu interesse, apresentou-me o livro *A redação na escola: e as crianças eram difíceis*, da professora e pesquisadora Eglê Franchi, publicado em 1984. Franchi discutia criticamente, em seu “viável histórico”, sua própria prática pedagógica utilizando uma experiência real com alunos da antiga 3ª série do Ensino Fundamental, atual 4º ano, tomando como foco da análise os problemas advindos da imposição da norma (padrão) culta e o seu reflexo na criatividade em textos escritos. O trabalho de Franchi foi um ponto de partida para analisar o trato adequado da variação em sala

de aula. Foi quando comecei a refletir que o repertório verbal em nosso país é relativamente amplo e diferenciado, e as variedades populares tendem a conservar-se em virtude do acesso restrito de parte da população tanto à língua padrão real como à língua padrão referencial.

Quando lidamos com alunos que têm acesso muito limitado à norma culta em seu ambiente social, deve-se levar em consideração a interferência de regras fonológicas e morfossintáticas de seu dialeto na aprendizagem do português padrão. Os “erros” que cometem são sistemáticos e previsíveis quando são conhecidas as características do dialeto em questão.

Questionada pela minha orientadora Sulemi sobre um problema sério que via na aprendizagem de meus alunos, respondi, depois de muita reflexão, que a principal dificuldade no ensino de português é a distância entre a língua falada, vernacular, e a língua escrita institucionalizada, a que a escola visa como meta da aprendizagem. Entender essa relação considerando suas condições de produção constitui-se num ponto determinante para que entendesse o que significam os resultados divulgados todos os anos sobre o baixo desempenho de alunos da escola pública em exames oficiais como, por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Queria sim investigar se os alunos que participavam da pesquisa chegariam, ao final do Ensino Fundamental, com crenças e atitudes em relação à linguagem diferentes daqueles que não participavam. Entretanto, e diferente do que se tem empreendido nas pesquisas em sala de aula, o foco da minha pesquisa intervenção agora está na figura do professor: o que via de mais problemático era a reação destes à linguagem popular usada pelos seus alunos. A ênfase no estudo das atitudes linguísticas do professor deve-se ao pressuposto básico de que grande parte dos problemas linguísticos registrados no que se refere à escolarização ou à socialização desses alunos se deve às concepções linguísticas desse mesmo professor, as quais determinam a forma como interage com os alunos e conduz o ensino em sala de aula.

Com respaldo teórico na Sociolinguística, e, principalmente, na sua vertente aplicada à educação, ou seja, a Sociolinguística Educacional (BORTONI- RICARDO, 2004, 2005), buscava mudanças em minha sala de aula que estavam relacionadas ao “mito da homogeneidade da língua”, ao preconceito linguístico e às crenças sobre a linguagem que os alunos e, sobretudo, os professores possuíam.

Atuando, observando, refletindo e estudando as salas de aula do 9º ano do EF, me vi num processo específico de formação continuada, aprofundando meu conhecimento nos estudos voltados para a linguagem, o que possibilitou uma posição mais madura intelectualmente, permitindo-me posicionar-me frente à realidade linguística do meu aluno.

Sabendo que, de acordo com Vieira (2013), “o objetivo maior de Língua Portuguesa é desenvolver a competência de leitura e produção de textos, que a unidade textual deve ser o ponto de partida e chegada e que os elementos de natureza formal são essenciais para a construção do texto”, vi que precisava focar na realidade de minha sala de aula (situações-problema) e buscar viabilizar respostas/soluções/implementações à luz de conceitos e teorias, estabelecendo a relação teoria-fato, o que implica admitir a necessidade na constante atualização e, conseqüentemente, mudança de prática no nível pedagógico.

Em uma das disciplinas do Profletras, intitulada *Gramática, variação e ensino* e ministrada pelo Professor Doutor Marco Antonio Martins, pudemos “diagnosticar” que um dos maiores problemas enfrentados pelo profissional de Língua Portuguesa reside na abordagem de temas gramaticais em sala de aula.

Desse modo, refleti sobre as estruturas gramaticais que não são do domínio dos meus alunos do 9º ano, mas que precisam ser trabalhadas para promover o tão falado letramento, especialmente, aqui, no nível da produção escrita. Com base nos estudos sociolinguísticos, esta pesquisa privilegiou fenômenos morfossintáticos variáveis, especificamente a concordância verbal de terceira pessoa do plural, uma vez que exerce forte influência no processo de ensino-aprendizagem do padrão culto escrito exigido pelo ensino como um todo.

Considerando a construção de conhecimento como uma possibilidade de entrelaçar pesquisa e docência, teoria e prática, assumindo os desafios da pesquisa-ação, em contexto de pesquisa e exercício profissional, acredito que as discussões teóricas e metodológicas deste estudo podem contribuir para o ensino de Língua Portuguesa nas salas de aula no Ensino Fundamental.

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado, intitulada *o Ensino da concordância verbal no português: uma proposta metodológica de intervenção*, foi desenvolvida durante o Programa de Mestrado Profissional em Letras. Vinculada à área de concentração *Linguagens e Letramento*, caracteriza-se como pesquisa ação, estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos (TRIPP, 2005), e foi empreendida em sala de aula do Ensino Fundamental de uma escola pública de Natal/RN, cujos alunos são falantes de variedades desprestigiadas.

Apresenta como foco central a produção de uma proposta de intervenção pedagógica fundamentada na Sociolinguística e voltada para o uso e o estudo da concordância verbal de 3ª pessoa do plural (doravante CV de P6). No que se refere à CV com a P6, o apagamento da flexão verbal recebe estigma mais acentuado quando empregado, especialmente, pelas camadas populares menos urbanas e de baixa escolaridade, conforme atestam os estudos sociolinguísticos sobre esse fenômeno variável em questão. (LUCHESSI, 2015)

Considerando um público com acesso restrito à norma culta/padrão<sup>2</sup>, como é o caso específico dos alunos da rede pública municipal de Natal/RN, residentes em comunidades carentes, é natural que o cancelamento do elemento flexional seja uma das formas de CV de **P6** adotadas por esses falantes. Nesse aspecto, a instituição escolar, possivelmente o único espaço onde eles convivem com a cultura letrada, tem um papel fundamental a desempenhar: “reconhecer as formas alternantes relativas a cada fenômeno variável, em qualquer dos níveis gramaticais, para que se desenvolva com êxito o letramento dos estudantes em seus diversos níveis escolares”.

Mas o que não parece estar plenamente legitimado por todos, especialmente os professores de Língua Portuguesa (doravante LP), é a necessária articulação entre as atividades de leitura e escrita e o tratamento da variação linguística. O que se observa cotidianamente nas salas de aula é ou o desconhecimento, por parte desses professores, do avanço científico acerca do tema ou uma apropriação parcial ou até inadequada do mesmo. Tampouco legitimado entre alguns linguistas, quando, recentemente, manifestaram uma

---

<sup>2</sup> Em seu livro *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*, Faraco nos apresenta os conceitos de norma culta e norma-padrão. Para esse autor, norma culta é a variedade que os letrados usam em suas práticas mais monitoradas de fala e escrita, e a padrão é um construto sócio histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização.

concepção homogeneizante de norma culta, em oposição ao contributo da Sociolinguística Variacionista já desenvolvido há mais de meio século, sobre o episódio relacionado à abordagem da concordância verbal no livro do MEC, intitulado *Por uma vida melhor*, de Heloísa Ramos, distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático para a educação de adultos.

Cabe também chamar atenção aqui para a instauração de um senso comum sobre o ensino de gramática que propõe atitudes consideradas corretas a serem adotadas frente às variedades praticadas pelos alunos: respeitar, valorizar e adequar.

(...) a insistência em reafirmar o dever de respeitar, mais parece uma aceitação pacífica da existência de desrespeito do que uma resistência ativa, (...) enquanto que valorizar pressupõe hierarquia entre os falantes e (...) adequar implica assumir também que o falante não deveria expandir a área de sua utilização além dos limites de circulação do seu grupo social. (BARZOTTO, 2004a: 95)

Tentava-se, dessa forma, encontrar um lugar para encaixar a manifestação linguística do aluno de classe baixa que acessava a escola com uma frequência nunca antes vista no Brasil. Entretanto, essas posturas tendiam a colocar a variação popular ainda em segundo plano.

O insatisfatório desempenho de nossos alunos em exames oficiais, estampado muitas vezes em jornais como “números preocupantes”, “péssimos resultados”, parece sempre ser fruto da falta de empenho dos estudantes, da falta de estrutura das escolas de Ensino Básico, do descaso da família em relação à educação e, principalmente, da pouca competência dos professores. Nessas discussões, quase sempre se parte de uma noção vaga de “escola brasileira”, caminha-se para a afirmação da necessidade de uma “política nacional de formação de professores” e, em seguida, desenha-se o perfil desses profissionais, como se as atitudes frente às variedades dos alunos fossem individuais e voluntárias e não se sustentassem também no conhecimento a que tiveram acesso em sua formação.

Não se reconhece, no entanto, que esse desempenho pode ser decorrente também, ou especialmente, da imposição de uma *língua legítima* (BOURDIEU, 1998) na escola, uma prática da *substituição* da norma do aluno pela norma de prestígio ao invés de promover a *ampliação* de sua competência comunicativa.

Basta lembrar como a mídia em geral se posiciona de forma perplexa diante dos textos de candidatos que receberam pontuação máxima no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) mesmo apresentando “erros”, especialmente na competência que trata do *Domínio*

*da modalidade escrita formal da língua portuguesa*, como, por exemplo, "essas providências, no entanto, não deve (sic) ser expulsão"<sup>3</sup>.

O ensino de gramática tem-se realizado, tradicionalmente, nas escolas públicas, baseado nas prescrições da norma padrão. Lá, ainda não se reconhece a legitimidade das variedades populares, classificando como “erros” as variantes estigmatizadas de CV produzidas pelos alunos.

Assim sendo, justifica-se a importância deste estudo pela urgência de uma mudança na abordagem tradicional do fenômeno da CV de P6, já proposta nas orientações oficiais para o ensino de Português, mas que, na prática, não tem se efetivado dentro das salas de aula. Dessa forma, os questionamentos levantados ao longo da pesquisa, foram:

- i. Como transformar os resultados de pesquisas e elaborações teóricas, que já deram origem a dissertações, teses, monografias e artigos, em instrumento pedagógico capaz de interferir substancialmente nas formas de ensinar a língua portuguesa nas escolas?
- ii. Que metodologia deve ser utilizada de forma a colocar em prática uma proposta de ensino-aprendizagem que viabilize a reflexão sobre os diferentes usos de CV de P6?
- iii. Como relacionar tal método a uma fundamentação teórica que leve em conta a linguagem em uso, afastando-se da clássica dicotomia linguagem formal e informal e priorizando a noção de contínuos de variação linguística?

O caminho possivelmente seja este: ofertar um curso de especialização *stricto sensu* a docentes que lecionam Língua Portuguesa no Ensino Fundamental na rede pública de ensino com o objetivo de garantir condições para que os professores retornem às universidades para receber formação teórica que lhes permita refletir sobre a sua disciplina, visando capacitar com mais eficácia um público maior.

Não se pretende afirmar com isso que as ações políticas educacionais já efetivadas até agora na busca da tão esperada melhoria da qualidade do ensino não representam um avanço considerável. Mas, até para que seus efeitos possam ser potencializados a médio e longo prazos, fazem-se necessárias outras modalidades de intervenção.

Nesse sentido, é de grande utilidade combinar um aparato teórico-metodológico, que reconhece e situa adequadamente os diversos falares brasileiros, à concepção da língua em

---

<sup>3</sup> Trecho de redação de participante do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2012.

três contínuos, propostos por Bortoni-Ricardo (2004) e recomendado por Vieira (2015, no prelo).

São três linhas imaginárias que contemplam as diversas formas de variação linguística: o *contínuo de urbanização*, o *contínuo de oralidade-letramento* e o *contínuo de monitoração estilística*. Desta forma, é possível situar qualquer falante em determinado ponto desses contínuos, levando em consideração a região onde nasceu e vive, a influência da oralidade e da escrita, e o nível de monitoração que a situação comunicativa exige.

Ainda de acordo com essa metodologia, no caso da CV, por exemplo, a forma como o verbo se harmoniza à P6 deve ser observada dentro desses parâmetros linguísticos, para somente após a sua identificação se pensar em uma prática pedagógica de conscientização dos alunos sobre outras possíveis formas de falar.

Esta dissertação, portanto, tem como objetivo geral propor encaminhamentos metodológicos de ensino que focalizem o fenômeno morfossintático da concordância verbal, um dos que exercem forte influência no processo de ensino-aprendizagem de Português, considerando o ensino de gramática a serviço do desenvolvimento do aluno do 9º ano do Ensino Fundamental na produção de textos escritos. Importante, aqui, ressaltar que as atividades de diagnóstico foram as únicas desenvolvidas com a turma dessa etapa de ensino. As atividades que serão apresentadas no capítulo de intervenção são apenas sugestões, diretrizes e encaminhamentos para o exercício dos professores para o ensino da CV.

Vinculados ao objetivo geral, destacamos os seguintes objetivos específicos:

- i. Desenvolver uma discussão teórica que fundamente e forneça elementos para a constituição de material instrucional para o professor e aluno, de modo a instrumentalizá-los quanto à forma de trabalhar a variação, com fins precípuos de domínio de estilos formais do português.
- ii. Recolher amostra de textos escritos de alunos de uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Natal/RN para identificar como esse fenômeno gramatical se manifesta.
- iii. Diagnosticar nesses textos o conhecimento real dos fatores que presidem à opção do aluno pela aplicação ou não da regra de concordância verbal

canônica<sup>4</sup>, estabelecendo os contextos em que o aluno tenderia menos à regra padrão.

- iv. Propor atividades e exercícios para que esses alunos aprendam as normas da concordância canônica impostas pela gramática tradicional.

De forma sucinta, apresentam relevante contribuição para esta dissertação os estudos sociolinguísticos de William Labov (2008 [1972]) e Stella Maris Bortoni Ricardo (2004, 2005); os apontamentos para os fatores que permitem conjugar linguagem, escrita e poder do antropólogo e linguista Maurizio Gnerre (2005); a apresentação das evidências empíricas da polarização da realidade sociolinguística brasileira através de análises variacionistas da concordância verbal, feita pelo professor e pesquisador Dante Lucchesi (2006, 2015); e os encaminhamentos, diretrizes e sugestões sobre o ensino de gramática – considerada parte integrante do conteúdo programático de Língua Portuguesa – de Franchi (2006), Vieira e Brandão (2011[2007]), Faraco (2008), Martins (2013) e Martins e Tavares (2013).

Parte-se dos pressupostos teóricos gerais já sistematizados para se compreender melhor os fatos empíricos particulares, buscando, ao final, que o aluno desenvolva o conhecimento da CV e esteja consciente da valoração sociolinguística da aplicação ou não da regra canônica, de modo a fazer opções linguísticas conscientes na produção de textos escritos.

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, de caráter introdutório, apresenta uma base teórica imprescindível para a fundamentação do professor da Educação Básica, uma vez que um bom embasamento implica estar instrumentalizado para transmitir conhecimentos de forma segura e atualizada e também para refletir sobre cada novo fato que se observa no desempenho linguístico dos nossos alunos com espírito de pesquisador, isto é, sem preconceitos, procurando buscar possíveis motivações, que, certamente, serão de natureza linguística e social.

No capítulo 2, desenvolve-se uma pesquisa diagnóstica, com o intuito de conhecer a real situação em torno da produção e do ensino da CV de P6, utilizando como amostra uma turma de 9º ano da Escola Municipal Ação (doravante EMA) do ano de 2014.

---

<sup>4</sup> Apesar de ser comum nos estudos linguísticos – na Sociolinguística e também **nos estudos gerativistas**, por exemplo – falarmos em “ausência de concordância”, esse modo de analisar os fatos tem sido responsável, em parte, pelo prolongamento do preconceito linguístico, isto é, o julgamento do indivíduo pela sua forma de falar.

Com o diagnóstico, partimos para a terceira etapa dos trabalhos, focada na intervenção pedagógica, para a qual foi elaborada e aplicada uma proposta de estudo e uso da CV de P6, com base na fundamentação teórico-metodológica que julgamos apropriada à demanda detectada.

Não se pretende aqui apontar uma proposta única para esse ensino, mas acredita-se que uma boa possibilidade de enfrentar o problema seria refletir sobre esse fenômeno gramatical a partir de uma concepção de língua heterogênea e sócio-historicamente situada, considerando o ensino de gramática a serviço do desenvolvimento da competência escrita desses alunos.

## CAPÍTULO I

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo objetiva fornecer subsídios para a fundamentação do professor da Educação Básica em relação ao ensino de gramática, uma vez que um bom embasamento implica estar instrumentalizado para transmitir conhecimentos de forma segura e atualizada. Para isto, esta dissertação está ancorada nos fundamentos da teoria Sociolinguística Variacionista, tendo como base os estudos de Labov (2008[1972]) e Stella Maris Bortoni Ricardo (2004, 2005). Para encaminhamentos, diretrizes e sugestões sobre o ensino de gramática – considerada parte integrante do conteúdo programático de Língua Portuguesa – recorreu-se ao apoio de Franchi (2006), Vieira e Brandão (2011[2007]), Faraco (2008), Martins (2013), Martins e Tavares (2013) e Martins, Vieira e Tavares (2004).

#### 1.1 Contribuições da Sociolinguística para o ensino de Português

Um dos maiores desafios enfrentados pelo professor de português, especialmente no Ensino Fundamental, diz respeito ao tratamento da variação linguística. Devemos constatar também que grande parte dos professores não está preparada, ainda, para discuti-la quando ela emerge em sala de aula. Cabe a esse mesmo professor se instrumentalizar para otimizar as ações pedagógicas focalizadas para os fenômenos variáveis. Mas, para isso, os cursos de formação inicial e/ou continuada de professores devem contemplar os estudos da Sociolinguística Variacionista, sem o que a prática de sala de aula não sofrerá mudanças significativas.

Foi a partir da década de 70 que o olhar sobre a língua ganhou um caráter de estudo social mais significativo. Em seu livro *Padrões Sociolinguísticos*, publicado em 1972, Labov apresenta os principais postulados teóricos e a metodologia de trabalho empírico com a linguagem dessa nova proposta.

Foi no campo da fonética e da fonologia que os estudos variacionistas começaram na década de 60, com os trabalhos de Labov em Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts, e em três lojas de departamento de Nova Iorque.

Foram investigados os fenômenos da pronúncia da primeira vogal dos ditongos /ay/ e /aw/ e a realização do /r/ pós-vocálico, respectivamente. Os resultados do primeiro estudo apontam para uma tendência dos moradores de Martha's a centralizar a primeira vogal dos ditongos investigados, diferentemente da pronúncia padrão de Nova Inglaterra (região nordeste dos Estados Unidos, onde se localiza o estado de Massachusetts). No segundo, a tendência encontrada vai na direção da fala de prestígio dos nova-iorquinos, uma tendência à pronúncia retroflexa do /r/, diferentemente da forma conservadora da década de 1930. Em ambos os estudos, fatores extralinguísticos é que se revelaram significativos. Para o estudo, ele afirma que só se pode entender a mudança levando em consideração a vida social da comunidade, ou seja, “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo” (LABOV: 2008: 21).

A teoria variacionista proposta por William Labov parte do princípio de que a variação é inerente à língua e não é aleatória. Na realidade, ela decorre da aplicação de regras admitidas pelo sistema da língua, sendo que cada indivíduo (por estar em contato com outros falantes e com outros padrões linguísticos) pode dispor de mais de uma regra para determinada categoria, numa espécie de “multilinguismo” dentro da própria língua.

A Teoria Sociolinguística Laboviana estuda a linguagem em uso também para entender a estrutura da língua, mas leva em conta não só seus aspectos internos, como também os externos. Labov acredita que não é possível entender os mecanismos da variação e da mudança linguísticas sem que se saibam quais são os fatores que as motivam, dando igual importância aos aspectos linguísticos e aos sociais.

Weinreich, Labov e Herzog (1968), na proposta apresentada sobre a teoria da variação e mudança linguísticas, propõem (i) que a língua é um sistema heterogêneo e dinâmico; (ii) que a variação é passível de sistematização e (iii) que a variação linguística pode ser determinada, em parte, por fatores de ordem social. Dessa forma, a Sociolinguística Variacionista mostra que a língua em uso é passível de ser analisada em termos de padrões, apesar de ser reconhecidamente heterogênea e diversificada. Não se trata, assim, de um *caos linguístico*. Uma evidência de que a heterogeneidade é organizada ou sistematizada é o fato de os indivíduos de uma comunidade se entenderem, comunicarem-se, apesar das variações ou diversidades linguísticas.

Mesmo que a princípio se possa pensar que heterogeneidade implica ausência de regras, a língua é dotada de heterogeneidade estruturada: portanto, há regras, sim. Só que, enquanto a língua concebida como sistema homogêneo contém somente regras categóricas, ou

obrigatórias, ou invariantes, a língua concebida como um sistema heterogêneo comporta, ao lado de regras categóricas, também regras variáveis (COELHO *et al.*, 2015).

Foi a partir da década de 1970 que alguns estudos de variação se voltam a campos diferentes do da fonologia. O primeiro trabalho de variação sintática é de Weiner e Labov (1983 [1977]). Os autores realizaram uma pesquisa quantitativa sobre as construções ativas e passivas do inglês, investigando fatores externos (estilo, sexo, classe, etnia, idade) e fatores internos (status informacional, paralelismo estrutural). A variável testada era constituída das seguintes variantes: construção passiva sem agente e construção ativa com pronome sujeito genérico. Analisando seus resultados, verificaram que a escolha de uma variante ou de outra não era socialmente motivada, e que as formas alternantes se mostravam condicionadas apenas sintaticamente. Isso significaria dizer que a explicação da variação e (possível) mudança passa, nesse caso, a ser somente de ordem interna, relativa ao funcionamento da gramática.

Para responder a vários questionamentos feitos sobre essa afirmação nessa época, Labov deixa claro, em relação à variável sociolinguística, que ao realizarmos estudos sociolinguísticos não estamos somente preocupados em verificar a relevância dos fatores sociais, mas, antes disso, objetivamos obter um retrato da estrutura gramatical da língua.

Avançando nessa discussão, é necessário introduzir alguns conceitos básicos relacionados à pesquisa sociolinguística, para tratar de forma adequada os fenômenos variáveis. Tomaremos como referência para a análise desses conceitos as definições encontradas no texto *A pesquisa Sociolinguística*, de Fernando Tarallo, e *Para Conhecer Sociolinguística*, de Izete Lehmkuhl Coelho e outros.

*Variantes* são os termos ou expressões equivalentes, no sentido de referir a um dado da realidade, que podem ser usados nas diferentes formas de dizer algo. Segundo Tarallo, “conjunto de formas linguísticas que compõem uma variável; podem ser: padrão, não padrão, conservadora, inovadora, estigmatizada e de prestígio”. (TARALLO, 2004, p.88). *Variáveis* são formas que podem ser trocadas dentro de uma posição no enunciado. A *variável* compõe-se, dessa forma, do agrupamento das variantes. Já *variedade* é a possibilidade de se representar, ou executar, a língua de variadas maneiras.

Em caso de variação, as formas variantes costumam receber valores distintos pela comunidade. As *variantes padrão* são, grosso modo, as que condizem com as prescrições dos manuais de norma padrão; já as “variantes não padrão” se afastam desse modelo. Mesmo que não seja a variante mais usada por uma comunidade, a *variante padrão* é, em geral, a variante de prestígio, enquanto a *não padrão* é muitas vezes estigmatizada por essa comunidade –

pode haver comentários negativos à forma ou aos falantes que a empregam. Ademais, as *variantes padrão* tendem a ser conservadoras, fazendo parte do repertório linguístico da comunidade há mais tempo, ao passo que as *variantes não padrão* tendem a ser inovadoras na comunidade.

Outro aspecto importante relacionado à variação é o fato de que esse fenômeno não está limitado a um dos níveis da gramática: encontramos variação no nível fonológico, no morfológico, no sintático, no lexical e no discursivo (ver Coelho *et all* (2015) que apresentam uma discussão detalhada dessa questão). Ocorrem, ainda, variáveis no que podemos chamar de interfaces de níveis, como o nível morfossintático e o morfofonológico.

Nesta pesquisa, tomaremos como objeto de estudo a variável da CV de P6 e, para isso, lança-se mão dos seguintes passos que constituem uma pesquisa sociolinguística:

- i. Levantamento de dados de língua escrita;
- ii. Análise dos possíveis fatores condicionadores.

Embora o vernáculo, estilo em que ocorre o mínimo de monitoramento, segundo Labov (1975, p. 208), seja o contexto ideal para os estudos sociolinguísticos, isso não descarta a possibilidade de tal análise se estender à modalidade escrita, uma vez que a língua é um sistema heterogêneo que admite diferentes padrões. A escrita, apesar de apresentar, em alguns casos, maior grau de monitoramento, também apresentará padrões variantes.

Os condicionadores ajudam o pesquisador a delimitar quais exatamente são os contextos mais propícios para a ocorrência das variantes em estudo. Eles são divididos em dois grandes grupos, em função de serem mais ligados a aspectos internos ao sistema linguístico ou externos a ele. No primeiro caso, são também chamados de *condicionadores linguísticos*, que também tratados por *variáveis independentes* (ou grupos de fatores), enquanto a variável propriamente dita também pode ser tratada por *variável dependente*. A variável dependente é o fenômeno que aqui se objetiva estudar: a aplicação da regra de concordância verbal de P6. E as variantes seriam então as formas que estão em competição: a presença ou a ausência da regra de concordância verbal. O uso de uma ou outra variante é influenciado por fatores linguísticos (estruturais) ou sociais (extralinguísticos). Tais fatores constituem as variáveis independentes (TARALLO, 2004).

Em síntese, é essa postura investigativa que se deve adotar no trabalho com a Sociolinguística. Com ela, identifica-se uma variável no uso corrente da língua de uma comunidade; identificam-se as variantes dessa variável; a partir das hipóteses que elaboramos

quanto aos fatores que possam estar em jogo no favorecimento ou desfavorecimento das variantes, prossegue-se à coleta e, posteriormente, à análise de dados, para a confirmação ou refutação de nossas hipóteses iniciais.

Com base nos pressupostos da Teoria da Variação ou Sociolinguística Quantitativa, pretende-se analisar, no presente estudo, o fenômeno da CV de P6 na modalidade escrita da língua, estabelecendo-se as variáveis linguísticas que determinam a opção dos usuários da língua pelo cancelamento da marca de número.

A seguir, apresentam relevante contribuição os conceitos de *variação*, *norma* e *gramática* para a desconstrução das noções de senso comum que tanto circundam esses postulados que, a princípio, deveriam estar cientificamente claros e já sedimentados. Representam visão consistente e esclarecedora a obra de Carlos Alberto Faraco, *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*, publicada em 2008, que discute as concepções de norma que configuram polissemia; as reflexões sobre *gramática* e *ensino de gramática* do professor Carlos Franchi (2006); e os Volumes I e V da coleção *Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino* da 5ª edição do ECLAE, realizada em Natal no período de 11 a 15 de outubro de 2011 (MARTINS, 2013 e MARTINS; TAVARES, 2013).

É fato que essas publicações apresentam importante contribuição para a formação de professores nos cursos de Letras, assim como, também, para o exercício de professores no Ensino Fundamental, estudado especialmente nesta dissertação. Mas, também, faz-se importante discutir conceitos que se encontram disseminados em textos acadêmicos, documentos oficiais, materiais pedagógicos, o que colabora para sua incorporação ao vocabulário dos educadores. Para tanto, a próxima seção apresentará os conceitos de norma, norma culta, norma-padrão e problemas correlatos para subsidiar os educadores que se dedicam ao ensino-aprendizagem de leitura e escrita, especialmente os professores do Ensino Fundamental.

## 1.2 Conceitos básicos para a área pedagógica

Falar sobre o idioma que tem servido de espaço de comunicação para os mais de 204 milhões de habitantes<sup>5</sup> que o Brasil tem hoje, o Português Brasileiro (doravante PB), é um compromisso que deve ser assumido diante da nossa realidade linguística, uma vez que se toma como objeto de estudo a língua em seu estágio atual. Há mais de quinhentos anos a língua portuguesa foi trazida ao Brasil. Nos séculos XVI a XVIII foi rotulada como *português no Brasil*, tendo em vista que era inteiramente lusitana. Já no XVII<sup>6</sup> começa a distanciar-se do português europeu, sendo então denominada *português do Brasil*. E, a partir dos anos 80, com a supressão da preposição *do*, começamos a falar em *português brasileiro*. Essas distinções poderiam parecer meramente terminológicas, mas não são. Tratar de *português brasileiro* dá um status científico à sua percepção.

Necessário se faz, também, chamar a atenção dos professores, dos alunos e dos pais, das escolas; no contexto mais amplo, envolver os profissionais da área da comunicação, os agentes literários, os editores e profissionais da linguagem em geral para o antagonismo que acabam representando frente à questão de conceitos básicos da área.

O trabalho diário de permanente correção mantido pela manutenção da *língua legítima* (Bourdieu, 1998, p.48), especialmente nas salas de aula de Língua Portuguesa, mostra a necessidade da desconstrução das noções de senso comum que tanto nos têm cegado em relação a questões de língua, norma, variação, gramática, entre outras.

Assim, o termo *norma* tem dois significados básicos. No primeiro, entende-se *norma* como a modalidade linguística “normal”, “comum”. Em princípio, essa modalidade seria estabelecida pela frequência de uso, e essa visão, sem fazer valoração, reparte a noção de norma por estratos sociais (variação de uso diastrática), por períodos de tempo (variação de uso diacrônica) e por regiões (variação de uso diatópica). Já no segundo significado, o termo *norma* é entendido como o uso regrado. Também neste caso, a noção de norma se reparte diastrática, diacronicamente e diatopicamente, entretanto com juízo de valor sobre as modalidades, em cada zona de variação: umas são mais prestigiadas que outras. De outro

---

<sup>5</sup> O Brasil tem uma população de 204.450.649 habitantes, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), publicados em 28 de agosto de 2015 no Diário Oficial da União. Os dados são estimativas de população feitas com base no dia 1º de julho de 2015.

<sup>6</sup> Há uma grande polêmica na área se foi no século XVII ou não que podemos falar de um português brasileiro. Torna-se importante, aqui, conhecer o *Projeto de História do Português Brasileiro* (PHPB-Rio) para que o professor tenha uma aplicação de um controle tipológico-textual mais rígido favorecendo, assim, o avanço desse debate teórico.

lado, se há uma – e apenas uma – modalidade estabelecida como representação de um padrão desejável, a concepção é ainda mais arbitrária, e sempre se sustenta por autoridade.

Nas duas concepções, insere-se a norma na sociedade. Na primeira, o que está em questão é o uso, e, então, a relação com a sociedade aponta para a aglutinação social. Na segunda, trata-se de bom uso, e a relação com a sociedade aponta para a discriminação, criando-se, assim, estigmas e exclusões. Foi a escola, como espaço institucional privilegiado de parametrização social, que tradicionalmente se confiou o papel de guardião da norma regrada e valorizada, daquele com uso que tem o poder de qualificar o usuário para a obtenção de ascensão social.

Essa imprecisão semântica se tornou frequente à medida que a expressão *norma culta* extrapolou o discurso universitário – onde, por vezes, é utilizada como sinônimo de *norma padrão*.

Faraco (2008) apresenta uma distinção entre norma culta<sup>7</sup>, norma padrão e norma gramatical. No plano idealizado, o autor diferencia, primeiramente, a norma gramatical – idealizada por filólogos renomados e codificada em manuais tradicionais, como gramáticas e dicionários, comtemplando o que seria “o conjunto de fenômenos apresentados como cultos/comuns/standard por esses gramáticos” (FARACO, 2008: p.81) – da norma padrão, aquela norma estabilizada, que resulta de um processo histórico unificador, especialmente para a escrita, idealizada nos meios sociais letrados como forma de neutralizar a variação e controlar a mudança.

No plano das realizações concretas, o autor admite a existência de normas que compõem os usos linguísticos caracterizadores dos diferentes grupos sociais. Trata-se, dessa forma, do conjunto de formas linguísticas que são de uso comum e preferencial de determinado grupo social. Dentre elas, figura, ao lado de diversas variedades, a chamada norma culta (ou variedade culta), que corresponde aos usos linguísticos praticados pelo grupo social escolarizado e que domina a fala e a escrita comum de meios letrados.

Para o autor:

Se a norma culta/comum/standard é a variedade que os letrados usam correntemente em suas práticas mais monitoradas de fala e escrita, a norma-padrão não é propriamente uma variedade da língua, mas – como bem

---

<sup>7</sup> Faraco (2008) não diferencia norma culta de norma comum e *standard*, trata-as como “norma culta/comum/standard”.

destaca Bagno (2007a) – um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização.

Enquanto a norma culta/comum/*standard* é a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações, a norma-padrão é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística. (FARACO, 2008, p.73).

Para Vieira (2013), Faraco adverte que, embora a norma culta seja a mais próxima da norma padrão, já que os usuários da primeira seriam os supostos idealizadores da segunda, as forças inevitáveis que operam a favor da variação e da mudança levam a um natural distanciamento entre elas.

### 1.3 O modelo dos contínuos

Objetivando contrapor as clássicas dicotomias (culto x popular, rural x urbano, formal x informal, oral x escrito), Bortoni-Ricardo (2005) propõe a noção de *continuum*, introduzida na Sociolinguística Brasileira desde 1985 pelo trabalho pioneiro da autora sobre a urbanização dos falantes rurais, e aprofundada em sua proposta de classificação das variedades linguísticas brasileiras em uma comunicação apresentada no *Congresso Substandard e Mudança no Português do Brasil*, realizado em Berlim em outubro de 1997.

Tentando elucidar os problemas detectados nessas classificações, Bortoni-Ricardo propõe um modelo de análise em que as variedades linguísticas são apreendidas ao longo de três *continua*:

- i. o continuum rural-urbano;
- ii. o continuum oralidade-letramento;
- iii. o continuum de monitoração estilística.

No primeiro *continuum*, é possível situar o indivíduo, o/a falante, “em função dos seus antecedentes socioecológicos (zona de nascimento e residência na infância, mobilidade geográfica, rede de relações sociais, área de residência ao longo da vida, etc.)”. (p.40)

O segundo visa definir a situação ou o evento. Este *continuum* tem em um de seus polos as atividades de oralidade e, no outro, as atividades de letramento. Embora vivamos numa sociedade dominada pela cultura letrada, há situações e eventos em que a escrita não interfere,

inclusive em sala de aula, como lembra a autora: “Nos diversos domínios sociais, inclusive na sala de aula, as atividades próprias da oralidade são conduzidas em variedades informais da língua, enquanto para as atividades de letramento os falantes reservam um linguajar mais cuidado” (p.2).

O terceiro *continuum* busca dar conta de toda a dinâmica do processo interacional. Na definição do que entende por monitoração estilística, assim se expressa a autora (p.2):

Um (a) falante, diante de interlocutor desconhecido, de maior poder na hierarquia social ou a quem ele/a precisa ou deseja impressionar, sente-se na obrigação de usar um estilo mais cuidado. Para obter este efeito, necessita prestar mais atenção à forma de sua produção verbal. Pode-se resumir este processo, argumentando que o interlocutor é um dos fatores – talvez o mais importante – que determina o grau de pressão comunicativa que incide sobre o falante.

Desse modo, como já foi analisado por Vieira (2013), caracteriza-se um modelo de análise das “variações linguísticas” que tenta abranger a complexidade de elementos que se conjugam no momento da produção verbal (oral e/ou escrita) de um falante.

Entretanto, apesar de todo avanço científico no tratamento dos eixos ou níveis de variação, parece, ainda, haver um descompasso sério entre o discurso e a prática, já que prevalece um discurso que recomenda a exclusão pura e simples do ensino gramatical na escola e, ao mesmo tempo, apresentam-se noções gramaticais aos alunos desde as séries iniciais. Recusa-se a possibilidade de fazer uma abordagem sistemática e séria da língua e mantém-se o ensino informal e silencioso de gramática tradicional.

Apesar do grande esforço para construir alternativas a esse ensino, o quadro pedagógico pouco tem mudado. Ainda se refletem nos cursos de graduação de Letras o desencanto com a disciplina e as complexidades das correntes teóricas, que mais confundiam do que esclareciam para uma boa formação de base na licenciatura.

Com isso, dois grandes impasses para o ensino-aprendizagem da língua materna em nosso país, enfrentados hoje pela escola, talvez sejam se devemos ensinar gramática? E, se sim, como articular o conhecimento gramatical com a necessidade de aprimorar a capacidade de ler e produzir textos?

Dessa forma,

as críticas às atividades gramaticais nas escolas somente são válidas para quem continua concebendo a gramática de um modo restrito, limitante ou para quem a pratica em exercícios escolares em que estão em jogo somente questões de segmentação, descoberta de traços categoriais, classificações e nomenclatura. (FRANCHI, 2006, p.100)

O problema parece girar em torno do que se entende por gramática, e esta falta de reflexão sobre o que realmente está se fazendo em sala de aula. Um bom ponto de partida para aqueles que estudam – e, principalmente, que ensinam – língua é a leitura de um artigo de Carlos Franchi intitulado *Mas o que é mesmo gramática?*, publicado em um livro, com o mesmo nome, organizado por Sírio Possenti. A discussão do autor sobre a temática, realizada desde a década de 80 é ainda bastante atual. Para ele, assume-se o que é ou deveria ser:

fundamental na descrição gramatical: estudar a variedade dos recursos sintáticos expressivos, colocados à disposição do falante ou do escritor para a construção do sentido. Repetindo: gramática é o estudo das condições linguísticas da significação. É uma resposta sistemática e, quando possível, explícita, à questão fundamental a que já nos referimos neste texto e no início deste ítem: por que e como (e para quem e quando...) as expressões das línguas naturais significam tudo aquilo que significam! (FRANCHI, 2006, p.88)

Ainda nas palavras de Franchi,

Não é verdade que a gramática não tem a ver com a produção e a compreensão de textos: ela está na frasezinha mais simples que pronunciamos. Mas é preciso concebê-la de um modo diferente: como o conjunto de regras e princípios de construção e transformação das expressões de uma língua natural que as correlacionam com o seu sentido e possibilitam a interpretação. Antes de ser um livro de etiquetas sociais ou um manual descritivo, a gramática é, de início, esse saber linguístico que todo falante possui, em um elevado grau de domínio e perfeição. Em um segundo plano, a explicação formal do caráter abstrato e geral desse saber. (FRANCHI, 2006, p.99)

Assim, o estudo de gramática só poderá ajudar se o professor perceber essa disciplina como um momento de pesquisa e que oferece um campo privilegiado para o exercício de atividades linguísticas.

Diante dessas considerações, a questão centrará a atenção em duas perspectivas: a científica e a ideológica (OLIVEIRA *et all*, 2013)

Do ponto de vista científico, é preciso trabalhar a gramática como se trabalha com as ciências em geral. Perini (2010) sugeriu, assim, a adoção dos seguintes objetivos:

- i. Assumir uma atitude científica frente ao fenômeno da linguagem. Isso significa admitir o questionamento, aceitar a necessidade de justificar as afirmações feitas e dar lugar à dúvida sistemática, e não à vontade de crer. Deve-se trabalhar a gramática com fatos e teorias, e não com crenças e dogmas.
- ii. Realizar atividades que envolvam a observação e eventual manipulação de fatos da língua, com o objetivo de construir hipóteses a respeito deles.

Ou seja, em vez de abandonar o estudo de gramática na escola, é preciso redefini-la em termos de formação científica. Só assim essa disciplina poderá dar sua contribuição à alfabetização científica nossa e de nossos alunos.

Tratar a gramática numa perspectiva ideológica é atentar para o discurso produzido sobre essa disciplina, identificando quem o produz, para quem e para que. Gnerre (2009) aponta que “a separação entre a variedade culta ou padrão das outras é tão profunda devido a vários motivos; a variedade culta é associada à escrita, é associada à tradição gramatical, é inventariada nos dicionários e é portadora legítima de uma tradição cultural e de uma identidade nacional” (p. 36).

A vinculação da gramática à escrita diz respeito a uma tradição que consiste no registro e sistematização de uma variedade eleita como padrão pela classe que detém o poder, e cujo objetivo é a comunicação entre os membros dessa classe através de um código específico que exclui a classe estigmatizada e dominada. O argumento utilizado para justificar a gramática é a legitimidade dos valores de uma cultura que caracteriza uma identidade nacional.

Os discursos com os quais nos deparamos nos diversos níveis de ensino fundamental, médio e superior não são diferentes dessa tradição. Falas como “os alunos não sabem português”, “a gramática normativa serve para não deixar as pessoas transformarem a língua numa barbárie”, “se continuar assim, o que será da nossa língua?” nada mais são do que uma

reprodução (perpetuação) de um sistema de referência construído no decorrer da nossa história.

Entretanto, é de se admitir que os fatos não são tão simples. A escola assume o papel de manutenção de uma ideologia que se propõe a que os indivíduos não se reconheçam como cidadãos capazes de assumirem a protagonização de seus papéis na construção de uma sociedade alternativa e, pior, não se reconheçam como sujeitos. O aluno pertencente às classes menos favorecidas durante as primeiras séries depara-se com um arsenal de conceitos, regras e nomes estranhos que precisam ser memorizados e reproduzidos nas avaliações, pois a nota comprovará se esse aluno está supostamente aprendendo ou não a língua portuguesa.

De fato, não é difícil verificar, já ao final do ensino fundamental, do ensino médio e até do superior, o aluno se vendo como um incapaz de aprender a língua e, embutido nesta constatação, a ideia de que ele, aluno, ocupa uma posição social “inferior”. Se, de fato, houvesse o objetivo de ensinar a gramática normativa, o procedimento ou metodologia seria outro: a criação de condições efetivas de acesso aos textos escritos na norma padrão atentando para as regras específicas dessa norma, que dão forma aos conteúdos referências.

Ideologicamente, o discurso das referidas gramáticas parece objetivar a perpetuação da ideia de que tudo está pronto e não é preciso pensar de forma alternativa. Nas escolas, em sua maioria, ainda encontramos o compêndio gramatical como a melhor solução para se aprender língua. Compêndios esses que apenas apresentam alguns resultados de pesquisas, mas que dimensionam como inquestionáveis e hegemônicos. Não é demais acrescentar que muitos professores de todos os níveis de ensino assumem o mesmo discurso e a mesma postura metodológica como se fossem donos de um saber irrefutável; as complexidades, que deveriam ser estudadas e que proporcionam o aprimoramento intelectual do indivíduo, são simplesmente deixadas de lado.

A crítica deve existir, mas não se deve perpetuar uma oposição à Gramática Normativa e sim criar uma oposição à prática docente que utiliza essa norma como única, sem considerar as diferentes normas.

Diante disso, a próxima seção fará uma revisão de importantes estudos desenvolvidos no Brasil a respeito do fenômeno da CV.

#### 1.4 Fenômeno variável da Concordância Verbal no português brasileiro

O vocábulo *concordância* alude a noções como harmonia e conciliação. E independentemente de qualquer alusão a que faça o termo, esse é um tema que tem lugar específico nos estudos gramaticais, especialmente no último ano do Ensino Fundamental, estágio em que se dará a pesquisa desta dissertação.

“A conformidade morfológica entre o verbo e o sujeito” (CASTILHO, 2012, p. 411) é uma regra prevista pelas gramáticas normativas que prescrevem a concordância. A não realização do traço morfológico de concordância verbal no Brasil falado e escrito possui forte valor sociolinguístico, visto que constitui o que Labov (2008[1972]) postulou como *estereótipo linguístico*.

Os estudos sociolinguísticos, no caso brasileiro, demonstram um *continuum* quanto à realização das marcas de número, “o qual caracteriza a distribuição das variedades brasileiras das mais rurais e populares – com baixos índices de marcação de plural – às mais urbanas e cultas – com expressivos índices de marcação (MARTINS, 2014, p. 84)”. A diferença entre o que recomenda a tradição gramatical e o que brasileiros aplicam como regra de uso sugere que a presença ou a ausência de marcas de plural sinaliza variedades, registros e modalidades diversos, que, em conjunto, constituem uma complexa rede variável e configuram genericamente o que é intitulado Português do Brasil (PB). Casos esses que, descritos de forma particularizada nas gramáticas usadas em sala de aula, denotam a expressa variabilidade que envolve a concordância verbal de P6, legitimada, embora de forma não explícita, pelas gramáticas normativas.

##### 1.4.1 A abordagem tradicional

Os métodos didático-pedagógicos utilizados nas escolas pautam-se, muitas vezes, exclusivamente na tradição gramatical; assumem por pressuposto a existência de uma norma absolutamente homogênea e classificam qualquer desvio a essa norma como “erro”. Esse perfil pedagógico, que caracteriza a diversidade de normas como uma deficiência a ser sanada pelo estudo formal, desvaloriza as singularidades linguístico-culturais apresentadas pelos

diversos alunos em vez de propor a ampliação das normas a serem dominadas pelos estudantes, e o ensino acaba por disseminar sua substituição.

Dessa forma, elencam regras que devem ser utilizadas segundo o padrão considerado ideal e trabalham com a noção de certo *versus* errado. Os livros elaborados segundo essa postura não se distinguem quanto aos conceitos e às regras a serem seguidas nem quanto aos exemplos, selecionados da linguagem literária, considerada a modalidade ideal, embora distante da utilizada pelo falante, o que não contribui para a descrição da língua em uso.

O conceito de concordância que norteia a visão tradicional pode ser demonstrado pelas seguintes concepções:

Em português a concordância consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada. (Bechara, 2005, p.543).

Princípio segundo o qual, termos (dependentes, determinantes) se adaptam, na forma, às categorias gramaticais de outros (principais, determinados). (Luft, 1976, p.21).

A abordagem tradicional da concordância verbal estabelece, para as construções de um só núcleo, a regra geral, que propõe que o verbo deve concordar com o número e a pessoa do sujeito. Como é um fato morfossintático, caso, portanto, de interface, essa relação entre verbo e sujeito se concretiza por meio das desinências verbais de natureza número-pessoal. Em casos de sujeitos de mais um núcleo na construção, estabelece, quanto à pessoa, que o verbo vai para a primeira do plural, se houver um sujeito de primeira pessoa; não existindo, vai para a segunda do plural, se houver uma de segunda; e para a terceira do plural, se os sujeitos forem de terceira pessoa.

Observando a concordância verbal na gramática normativa, mais especificamente, na *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (2004), e na *Nova Gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2008), percebemos que, através de conceitos abrangentes e de formulações de regras contestáveis, frutos da tentativa de alcançar o mais próximo possível a forma padrão, a GN aborda a ausência da marca canônica como uma falha, que deve ser evitada, e a presença dessa marca como a forma correta, que deve ser seguida.

Além disso, cabe também refletir sobre a reação dos professores ao uso da variante não padrão pelos alunos. Tendo em vista que muitos profissionais de ensino não têm acesso

aos resultados científicos e que essa abordagem tradicional e o livro didático não dão conta do efetivo uso das variantes linguísticas, geralmente a própria avaliação<sup>8</sup> pessoal do professor é sua idealização de padrão linguístico.

É no momento que o aluno usa flagrantemente uma regra não padrão e o professor intervém, fornecendo a variante padrão, que os dois dialetos se justapõem. Como proceder nesses momentos ainda é uma dúvida presente entre os professores, que ficam inseguros sem saber se devem corrigir ou não, que erros devem corrigir ou até se podem falar em erros.

Observa-se que a concordância de número é uma das regras não padrão mais frequentemente corrigidas durante eventos de leitura na sala de aula.

**Exemplo:**

**A:** (aluno/a) Hoje é vinte e oito?

**P:** (professor/a) São vinte e oito.

Pensando no caso específico da CV, identificam-se alguns padrões principais na conduta do professor perante à realização da regra não padrão pelos alunos, conforme analisa Bortoni-Ricardo (2004) em capítulo intitulado *A variação linguística em sala de aula*:

- i. o professor não percebe uso de regras não padrão. Isto se dá por duas razões: ou o professor não está atento ou o professor não identifica naquela regra uma transgressão porque ele próprio a tem em seu repertório. A regra é, pois, “invisível” para ele;
- ii. o professor percebe o uso de regras não padrão e prefere não intervir para não constranger o aluno;
- iii. o professor percebe o uso de regras não padrão, não intervém, e apresenta, logo em seguida, o modelo da variante padrão, como é o caso do exemplo acima.

A autora apresenta, ao propor uma “pedagogia culturalmente sensível”, uma reflexão sobre a variação linguística no repertório dos professores e dos alunos do ensino fundamental. A estratégia do professor deve incluir dois componentes: a identificação e conscientização da

---

<sup>8</sup> O estudo das atitudes linguísticas é uma das tarefas que a Sociolinguística se propõe, sendo mesmo uma das suas cinco questões fundadoras (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968/2006), e se refere ao problema da avaliação, relativo aos julgamentos subjetivos do usuário quanto à sua própria variedade linguística e à dos seus interlocutores.

diferença. O tratamento inadequado e, por vezes, desrespeitoso das diferenças pode provocar insegurança, desinteresse ou a revolta do aluno.

Entretanto, essa estratégia não é recente. Eglê Franchi (2008), já em 1984, apresenta uma proposta para ensinar a norma padrão sem comprometer o relacionamento do aluno com o seu grupo de referência. Para tanto, o processo deve se desenvolver “com base no saber prévio que os alunos possuem de sua linguagem, sobretudo de sua fala, e na compreensão de suas características pelo professor”(p.45). Além disso, devem-se comparar as estruturas que tipificam os dialetos, o de base e o culto, a fim de que eles compreendam o valor social relativo a cada um deles. Essas reflexões sublinham a importância do aproveitamento dos estudos linguísticos para uma prática de ensino de gramática pautada em normas reais, depreendidas dos diversificados contextos de uso da língua.

#### 1.4.2 As pesquisas de cunho descritivo

Esta seção dedica-se à revisão de importantes estudos desenvolvidos no Brasil a respeito do fenômeno da CV. Dessa maneira, a variação conta com uma vasta documentação em contextos urbanos (por exemplo, LEMLE & NARO, 1977; GUY, 1981; NARO & SCHERRE, 1991; GRACIOSA, 1991; VIEIRA, 1995; SCHERRE & NARO, 2006) e rurais (por exemplo, BORTONI-RICARDO, 1985; SILVA, 2003, 2005), e especificamente em contexto que focalize a concordância verbal na modalidade escrita (ALMEIDA, 2010).

A diversidade desses estudos, que se baseiam em amostras de diferentes localidades do Brasil, representa uma valiosa contribuição para a compreensão do fenômeno linguístico que será abordado neste trabalho, configurando o que Lucchesi (2015) intitulou um quadro de *polarização sociolinguística*. Em outras palavras, há concretizações que vão de regras produtivamente variáveis a regras semicatóricas de concordância.

Em relação à concordância verbal, sabe-se que métodos que se limitam à apresentação do paradigma do sistema flexional têm se mostrado, ao longo dos anos, ineficazes. É nesse contexto que se reconhece claramente a importância das pesquisas sociolinguísticas, que revelam que a concordância verbal constitui um fato variável, ou seja, pode ou não ser concretizada pelo usuário da língua em função de diversos fatores e natureza linguística e extralinguística.

Os estudos de Lemle & Naro (1977), pioneiros no que se refere à apreensão dos elementos condicionadores do fenômeno, abordaram a regra de concordância do verbo com o sujeito na linguagem oral empregada por vinte adultos - MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), da cidade do Rio de Janeiro - submetidos a entrevistas em diferentes situações, com o objetivo de observarem a influência do grau de formalidade sobre o fenômeno. Dentre as variáveis controladas, encontraram como elementos condicionadores do fenômeno a saliência fônica entre as formas singular/plural do verbo e a posição do sujeito em relação ao verbo, mostrando que

quanto menos saliente for a diferença entre singular e plural, mais provável será a falta de concordância. (LEMLE & NARO, 1977, p.46).

A categoria desfavorecedora da concordância verbal é aquela em que o sujeito segue ao seu verbo, ou seja, a menos saliente. Nesse caso, o elemento determinante da concordância segue o determinado, fazendo com que a falta de concordância seja menos óbvia. (LEMLE & NARO, 1977, p.43).

O estudo de Vieira (1995) investiga o fenômeno com base na fala de comunidades do norte do estado do Rio de Janeiro, a partir de formas verbais de 3ª pessoa do plural coletadas em entrevistas realizadas com informantes naturais de 12 localidades do norte fluminense, todos do sexo masculino, analfabetos ou pouco escolarizados (até a quarta série) e distribuídos por três faixas etárias – A (18 a 35 anos), B (36 a 55 anos) e C (56 a 70 anos).

Com o intuito de investigar a opção do falante em relação ao fenômeno da concordância verbal, controla-se a influência de diversos elementos possivelmente condicionadores, as chamadas variáveis linguísticas, tais como:

- i. posição do sujeito em relação ao verbo: sujeitos pospostos favoreceriam a não realização da concordância canônica (*Chegou os menino(s)*);
- ii. a distância entre o núcleo do sintagma nominal sujeito e o verbo: quanto maior a distância entre esses dois constituintes, maior seria o cancelamento da regra canônica de concordância verbal (*Os livros, sobre a viagem dos navegantes do século XVI, já menciona o fato narrado*);
- iii. o paralelismo no nível oracional: o menor número de marcas explícitas de plural no sujeito levaria à ausência de marcas de plural no verbo (*os peixe nada velozmente*);

- iv. a animacidade do sujeito: sujeitos de referência animada (*peixe, homem*), que funcionam em geral como agentes da oração, favoreceriam a realização da marca de plural no verbo, enquanto os de natureza inanimada (*barco*) não a favoreceriam;
- v. o paralelismo no nível discursivo: no caso de verbos em série discursiva, a ausência de marca de plural em um verbo levaria à ausência de marca de plural no verbo seguinte (*os peixe pula, corre, nada sem parar.*);
- vi. saliência fônica (além da relação entre a tonicidade e o número de sílabas das formas singular e plural): no que se refere à diferença material fônica entre as formas singular e plural, as formas verbais mais perceptíveis, mais salientes (como, por exemplo, *cantou/cantaram ou é/são*) seriam mais marcadas no plural do que as menos perceptíveis, menos salientes (como, por exemplo, *come/comem*);
- vii. o tempo verbal e o tipo de estrutura morfossintática: testa-se, ainda, a hipótese de que os índices de concordância poderiam ser diferenciados a depender do tempo verbal e da construção sintática.

Para as variáveis extralinguísticas, levam-se em conta a localidade e a faixa etária a que pertencem os informantes da pesquisa e, com caráter auxiliar, a escolaridade.

Apesar da ausência da regra canônica de concordância ser favorecida, predominantemente, por fatores de natureza linguística, variáveis extralinguísticas também exercem influência na aplicação da regra, como, por exemplo, a faixa etária. Em linhas gerais, a tendência a ausência de concordância canônica intensifica-se à medida que aumenta a idade dos informantes, ou seja, quanto mais velho o informante, maior a falta de concordância.

Graciosa (1991) aborda a variação da concordância verbal em dados do projeto NURC (Norma Urbana Culta) constituído por inquiridos da fala de informantes cariocas com nível superior completo. Nesse trabalho, procura mostrar que a Gramática Normativa não dá conta do uso cotidiano da língua, especialmente na modalidade falada.

O estudo mostra, ainda, que as chamadas exceções listadas pelas gramáticas são, na realidade, o respaldo das variações de uso que ocorrem tanto na fala quanto na escrita. A análise tem por objetivo comprovar a hipótese de que a concordância verbal, na fala culta da cidade do Rio de Janeiro, “estaria em processo de variação, acompanhando as tendências observadas nos outros níveis.” Sendo assim, investiga a influência de variáveis linguísticas e sociais na realização ou não da concordância verbal em relação ao SN sujeito e ao SV.

Dentre as variáveis controladas, as que se mostraram relevantes para o condicionamento da não concordância verbal foram: ordenação dos argumentos do verbo, distância entre o núcleo do sujeito e o verbo e paralelismo formal das sequências verbais no discurso.

Partindo do comportamento dessas variáveis, a autora apresenta as condições para o estabelecimento da regra geral. A concordância verbal, opção preferida pelos escolarizados, é favorecida de modo acentuado no contexto em que o sujeito está anteposto e próximo ao verbo, e o verbo se acha numa sequência discursiva, conforme o efeito do paralelismo formal.

A comparação entre os resultados de Vieira (1995) e os de Graciosa (1991) revela tendências absolutamente opostas quanto à concretização da regra geral de concordância verbal. Entretanto, fica clara a atuação semelhante de variáveis linguísticas no condicionamento do fenômeno, sugerindo que, independentemente da escolaridade, fatores estruturais influenciam o falante na realização da regra.

Almeida (2010) toma como foco a concordância verbal de P6 na modalidade escrita das variedades brasileira e europeia do português, com base em redações de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, no Brasil, e 9º e 12º anos, em Portugal. O estudo, realizado segundo os princípios da Sociolinguística Laboviana, investiga aspectos sociais e estruturais que condicionam o cancelamento da marca de número. O estudo ressalta-se, ainda, que a comparação entre a norma e o uso da concordância verbal confirmou a força unificadora da escrita, que consegue manter características estruturais comuns nas duas variedades do Português.

Assim, somente por meio da compreensão dos fatores que atuam na realização de uma ou outra variante, será possível promover o acesso às regras que não são vernaculares para a maioria dos estudantes. Desse modo, compreender os principais pontos de dificuldade de aprendizado do sistema flexional enfrentados pelos alunos constitui etapa relevante para o acesso a estruturas presentes em textos diversos orais ou escritos, com os quais os estudantes devem ter contato nas várias etapas de letramento que a escola lhes permitirá experimentar. Em última instância, promover o acesso à qualquer variante da Língua Portuguesa acarreta colaborar para o desenvolvimento das habilidades de leitura e produção textual.

## CAPÍTULO II O DIAGNÓSTICO

No capítulo anterior, apresentou-se a fundamentação teórica que oferece subsídios para o professor refletir sobre o fenômeno gramatical da concordância verbal a partir de uma concepção de língua heterogênea e sócio historicamente situada, amparando o estudo proposto nesta pesquisa. Este capítulo se volta, especificamente, para a observação do mesmo fenômeno dentro de um espaço escolar da rede pública situado no município de Natal, região metropolitana do Rio Grande do Norte, com o intuito de constituir um diagnóstico sobre o uso explícito ou apagamento da flexão de P6 por alunos do 9º ano. Para isso, foi desenvolvida, em um primeiro momento, uma pequena pesquisa nos moldes da sociolinguística laboviana (Weinreich, Labov & Herzog, 1968), em textos escritos por esses estudantes.

Não se trata, aqui, de uma pesquisa sociolinguística com todo o aparato teórico-metodológico exigido por uma investigação dessa natureza. Houve apenas uma apropriação de alguns recursos para que fosse traçado com mais consciência o passo a passo da intermediação do professor, foco principal desta dissertação. Além disso, considerando a importância da observação do contexto escolar nessa etapa da diagnose, serão apresentadas as análises do LD utilizado no 9º ano da escola em estudo, a fim de verificarmos o tratamento pedagógico dado ao assunto nessa série.

### 2.1 A CV de P6 produzida pelos alunos do 9º ano

Já é fato que a CV é uma regra variável, apresentando variante explícita e variante zero de plural, ambas regidas sistematicamente por fatores linguísticos e sociais (cf. Scherre e Naro, 1998). Também é consenso entre os linguistas que o uso da variante zero em verbos pospostos e próximos ao sujeito, como em “Eles come muito!” e “Eles já pode ir embora?”, muito comum na fala popular, é um fator de estigmatização dos falantes pela sociedade letrada, principalmente em construções com P6.

Ocorrências como essas são constantemente observadas na oralidade e, especialmente, na escrita dos alunos da EMA. Essa escola é um espaço social onde diferentes normas linguísticas coexistem: a norma culta, que, na teoria, seria a utilizada pelos profissionais da

educação (professores, coordenadores, orientadores e diretores) e a norma popular, produzida pela maioria dos alunos, de seus responsáveis e da comunidade local. E o que se observa nessa coexistência é a atitude de desprezo dos indivíduos que julgam deter as variantes de prestígio em relação às construções de menos valor social produzidas por alguns estudantes, sobretudo no que se refere ao apagamento da flexão de P6.

Por isso, a variação entre apagamento e realização do elemento flexional de P6 no comportamento linguístico dos alunos desses alunos e o caráter depreciativo que é atribuído à ausência da flexão nesse contexto motivaram uma concisa investigação sociolinguística para verificar o que de fato ocorre em contextos de produção escrita mais monitorados. De posse de resultados concretos, espera-se chegar a um diagnóstico que propicie a elaboração de uma proposta didático-pedagógica de fato prática e coerente com a realidade dos nossos alunos.

### 2.1.1 Os pressupostos metodológicos

Os dados que constituíram as amostras da **pesquisa diagnóstica** sobre a realização ou apagamento da flexão de P6 foram coletados de uma turma de 9º ano da EMA, unidade da Rede Pública Municipal de Natal, no segundo semestre letivo de 2014.

Como toda pesquisa é regida, pelo menos, por uma teoria científica e que, para cada teoria, há procedimentos metodológicos adequados a serem seguidos em busca de resultados coerentes aos pressupostos teóricos, a metodologia adotada pauta-se no método aplicado que se caracteriza como *pesquisa-ação intervencionista*, estratégia elaborada para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos, uma vez que se busca a oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela (TRIPP, 2005). Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora da prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação.

A pesquisa-ação se identifica por ser desenvolvida pelos próprios participantes envolvidos no processo, não por pesquisadores externos a ele; é colaborativa; propõe mudanças. Tem, portanto, um caráter eminentemente qualitativo, estando de acordo com a reflexão de Bortoni-Ricardo (2008, p. 42): “[...] é tarefa da pesquisa qualitativa de sala de aula

construir e aperfeiçoar teorias sobre a organização social e cognitiva da vida em sala de aula, que é o contexto por excelência para a aprendizagem dos educandos”.

O diagrama abaixo é a representação em quatro fases do ciclo básico de investigação-ação, proposto por Tripp (2005) e utilizado como orientação durante o percurso inicial da pesquisa:

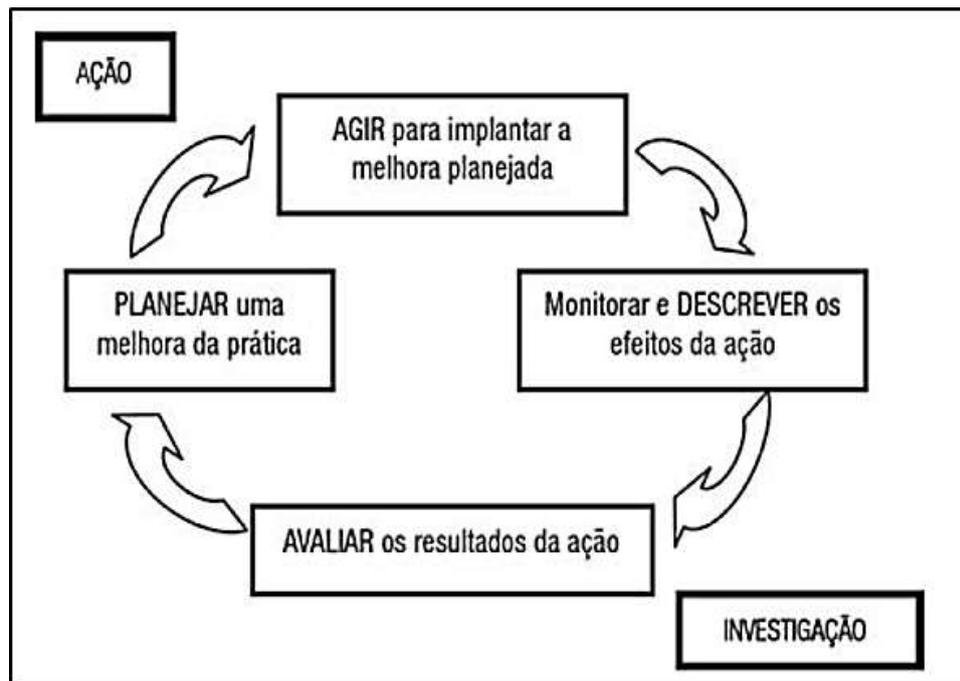


Figura 1 – Diagrama da pesquisa-ação

Não se trata aqui de trazer uma receita já pronta para aplicação: a pesquisa-ação implica, inicialmente, em tomar consciência do que se faz em sala de aula e o por quê se faz. É necessário ter uma melhor compreensão da nossa prática diária para poder pensar em transformá-la.

Inicialmente, quando fazemos pesquisa sobre a linguagem, já encontramos o primeiro obstáculo: “a finalidade da pesquisa linguística no seio da comunidade é descobrir como as pessoas falam quando não são sistematicamente observadas; mas a única forma de conseguir isso é observá-las sistematicamente”. (LABOV, 2008 [1972], p. 244) “o tratar recolha de dados em análises sociolinguísticas, a observação surge, portanto, como único método para essa coleta”.

Dessa maneira, o fenômeno surgirá a partir dos dados. É importante também que se tenha consciência de que a pesquisa não tem como englobar todos os falantes de uma comunidade linguística. Assim, o que se tem é uma amostra representativa dessa comunidade.

A Sociolinguística laboviana dispõe de uma *metodologia de pesquisa de campo*<sup>9</sup> bastante criteriosa para conduzir os estudos sobre variação linguística, objetivando mostrar como é possível sistematizar o *caos linguístico*. Neste capítulo, vamos abordar os seguintes tópicos:

- i. Seleção do local e escola investigados – seleção de escola da rede pública de ensino de Natal/RN para fazer a pesquisa;
- ii. Caracterização da amostra escrita
- iii. Pesquisa de campo de dados de escrita;
- iv. Levantamento de questões e hipóteses;
- v. Descrição e análise da amostra coletada para fazer um levantamento do fenômeno da concordância verbal nos textos escritos dos alunos.

## 2.1.2 A contextualização da pesquisa

### 2.1.2.1 A cidade do Natal e a unidade escolar selecionada

A escola da rede pública municipal escolhida está localizada no município do Natal<sup>10</sup>, capital norte-rio-grandense, fundada em 1599 às margens do Rio Potengi. Segundo o Censo 2014 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a população é de 862044 habitantes, e é a segunda capital brasileira com a menor área territorial, 170,298 km<sup>2</sup>, fazendo desta a sexta maior capital do país em densidade populacional, distante 2 227 quilômetros de Brasília, a capital federal.

---

<sup>9</sup> É indicada para os professores nos ensinos fundamental e Médio, neste capítulo, a leitura do livro: TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985, que apresenta uma metodologia de pesquisa a fim de iniciar os pesquisadores, estudantes, professores em uma linha teórica: análise laboviana.

<sup>10</sup> As informações sobre o município foram retiradas do site <http://www.natal.rn.gov.br/natal/ctd-669.html>, acesso em dezembro de 2014.

A população natalense é miscigenada e descende principalmente de indígenas e portugueses. Natal tem um sistema de ensino primário e secundário, público e privado. Com 337 estabelecimentos de ensino fundamental, 264 unidades pré-escolares, 104 escolas de nível médio e mais algumas instituições de nível superior, a rede de ensino da cidade é a mais extensa do estado. Historicamente, a cidade teve grande importância durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, durante a *Operação Tocha*, já que os aviões da base aliada americana se abasteciam com combustível no lugar onde durante muito tempo foi o Aeroporto Internacional Augusto Severo, sendo classificada como "um dos quatro pontos mais estratégicos do mundo".

O município já conta com o Banco de Dados FALA-Natal (em construção), primeira etapa Banco de Dados da Fala do Rio Grande do Norte (FALA-RN) que congrega entrevistas sociolinguísticas feitas com membros da comunidade de fala. Organizado pelos professores pesquisadores Maria Alice Tavares (UFRN) e Marco Antônio Martins (UFRN), o banco de dados objetiva fomentar o desenvolvimento de projetos voltados para a pesquisa, o ensino e a extensão, tanto nos cursos de pós-graduação quanto nos cursos de graduação.

A EMA na qual a prática foi desenvolvida está localizada na área urbana do município, na Rua Ouro Preto, n. 2754, no conjunto habitacional Pirangi, bairro de Neópolis. A escola, que denominamos Ação – seguindo as recomendações da Resolução Nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata sobre o sigilo das entidades e sujeitos da pesquisa –, caracteriza-se por ser a melhor referência em educação dessa comunidade; conseqüentemente, a procura de vagas é constante. Possui em sua estrutura de dois pavimentos, dez salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática, uma sala de Neurociências<sup>11</sup>, uma Sala de Recursos Multifuncionais<sup>12</sup>, uma cozinha, uma sala para a coordenação, uma sala para a diretoria, um arquivo, uma sala para a secretaria, uma quadra e dois banheiros. Lá, são atendidos cerca de 550 alunos, distribuídos no Ensino Fundamental I (1º a 5º anos) e Ensino Fundamental II (6º a 9º anos). Os endereços de residência dos alunos do 9º ano são variados, desde localizações próximas à escola até bairros mais distantes desse município. A escola teve no ano de 2013 a terceira maior nota do município no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)<sup>13</sup>, que foi de 4,2.

---

<sup>11</sup> O Instituto do Cérebro da UFRN desenvolve na escola um projeto de incentivo à iniciação científica com o ensino de Robótica. O projeto faz parte do programa “Engenheiros do Futuro”, financiado pelo Ministério da Educação.

<sup>12</sup> Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais: esse programa apoia os sistemas de ensino na implantação de salas de recursos multifuncionais, com materiais pedagógicos e de acessibilidade para a realização de atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização.

<sup>13</sup> Fonte: INEP - SME/APA-Setor de Estatística – 2014.

Os participantes deste estudo são uma professora de Língua Portuguesa e uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental, antigo 8º ano. No total, são 30 adolescentes: 17 do sexo masculino e 13 do sexo feminino. A maioria deles possuía idade regular – 13 a 15 anos – para o ano que estavam cursando.

#### 2.1.2.2 A comunidade de fala dos alunos

O conjunto residencial Neópolis, situado à margem da BR-101, foi o primeiro construído pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais - INOCOOP-RN, na Zona Sul da cidade do Natal, na década de 70. Construído a apenas nove quilômetros de distância do centro da cidade, suas terras faziam parte da Granja da Vassoura, uma área de 26 hectares, onde havia uma vassoura de óculos, símbolo da campanha presidencial de Jânio Quadros em 1960.

O bairro recebeu novas edificações e conjuntos de casas e apartamentos predominam na área. Depois, foram construídas as escolas Ferreira Itajubá e, em seguida, a Maia Neto. Os prédios de uso comum foram construídos pela própria comunidade, formada, em sua maioria, por funcionários públicos. As ruas do conjunto Neópolis receberam denominações da flora brasileira e de Estados de áreas de cada região do País (Rio de Janeiro, Fernando de Noronha, Cerejeiras, Eucaliptos etc). Dentre os conjuntos habitacionais do bairro, encontram-se o Jiqui, de 1975, Pirangi, de 1980, Jardim Botânico, de 1982, conjunto habitacional Parque dos Rios e Serrambi IV, ambos do ano de 1985, além de outros de ocupação recente.

O nome Neópolis foi sugerido e aprovado na assembleia dos cooperados, cujo significado que dizer Nova (neo) Cidade (polis). Previa a diretora do INOCOOP, ali estar surgindo uma espécie de cidade, um pouco distante do centro de Natal, considerado muito longe na época. O bairro tem como padroeira Nossa Senhora Aparecida e em torno de sua Igreja realizam-se comemorações festivas anualmente, no dia 12 de outubro, dedicado à Padroeira do Brasil.

No aspecto socioeconômico, a maior parte da comunidade escolar é proveniente de famílias cujas gerações mais velhas são oriundas de outros estados, as quais se instalaram há algumas décadas no município. Apesar de o bairro representar uma população que recebe salários medianos que variam, em sua maior parte, entre 5 a 10 salários mínimos, o público dessa unidade escolar específica, localizada em um conjunto desse bairro, é proveniente da

grande camada da população brasileira que recebe baixos salários: empregados do comércio, da indústria local ou de prestadoras de serviços gerais, pequenos comerciantes, autônomos, ambulantes, domésticas, diaristas e beneficiários dos programas sociais do governo.

O acesso diário à escola é relativamente tranquilo, mas qualquer alteração na rotina das comunidades acarreta reflexos nas aulas, seja pela queda da frequência, seja pela necessidade de dispensar as turmas mais cedo, seja pela necessidade de fechar a instituição, para a segurança de todos.

Por fim, a situação educacional dessa população específica. No bairro, existem quatro escolas municipais, cinco escolas estaduais e seis instituições particulares de ensino, todos eles com grau de ensino entre Educação Infantil e Médio. Possui, também, uma população residente alfabetizada de 94,43%<sup>14</sup>.

### 2.1.2.3 A caracterização da amostra escrita

As pesquisas sociolinguísticas têm mostrado que não há necessidade de amostras tão grandes como as usadas em outras pesquisas de natureza social (de intenções de voto, por exemplo) para se analisarem fenômenos variáveis, uma vez que o uso linguístico é mais homogêneo do que o comportamento humano acerca de outros fatos, em virtude de não estar tão sujeito à manipulação consciente. De qualquer forma, um número menor de textos escritos pode ser representativo de tendências gerais desse público-alvo, alunos concluintes do Ensino Fundamental, e não compromete a representatividade da amostra. Como já bem demonstra Labov (2008, p. 204), ao considerar que a variação é bastante padronizada e, apesar de não haver um imenso número de dados para a sua comprovação, a regularidade linguística emerge.

Para a realização deste estudo, trabalhamos com uma amostra de 30 textos escritos dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II de uma escola pública de Natal/RN para diagnosticar o conhecimento real dos fatores estruturais que presidem à opção do aluno pela aplicação ou não da regra canônica de concordância verbal de P6, estabelecendo os contextos em que o aluno tenderia menos à concordância canônica. Embora alguns fatores já tenham sido atestados como relevantes em trabalhos e pesquisas anteriores, é necessária a confirmação de sua influência para o público-alvo desta pesquisa.

---

<sup>14</sup> Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 2014.

### 2.1.3 Procedimentos de recolha de dados da escrita

Esta etapa objetiva a produção e a aplicação de uma proposta de produção textual para obtenção de dados da escrita dos alunos sobre a realização da CV de P6. Para tanto, é necessário que elaborem uma proposta adequada à produção textual de um estudante ao final do Ensino Fundamental, levando em consideração também o contexto sociocultural dos seus alunos, no sentido de entender o que representa a repetição contínua do resultado que coloca os alunos da escola pública como portadores de baixa competência.

O cuidado com a coleta de dados para a amostra encaminhou-se no sentido de que o material empírico fornecesse elementos para a análise do que representa a chamada dificuldade de produção de textos de alunos ao final desse ciclo.

Em geral, apesar de cursarem o último ano do EF, os alunos têm baixo desempenho nas avaliações, dificuldade de compreender o que leem, dificuldade de se expressar e, embora tenham sido alfabetizados já há algum tempo, não desenvolveram adequadamente suas habilidades de leitura e, especialmente, de escrita.

Entretanto, é importante ressaltar que é nessa etapa escolar que muitos estudantes concluintes do Ensino Fundamental fazem um exame de seleção para ingressar em cursos integrados de nível médio oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), que consiste na aplicação de uma prova com questões objetivas de Português e Matemática, em nível de ensino fundamental, e uma prova discursiva. Sendo assim, é necessário um trabalho em sala de aula de Língua Portuguesa mais sistematizado e com textos da modalidade escrita em seus estilos mais monitorados.

Com a proposta aceita pela equipe gestora da escola, fomos para a sala de aula e seguimos as seguintes etapas para a execução da proposta escrita:

- i. Ampliação de repertório para a atividade escrita – Entrega de cópias do texto “Lei Seca atinge mais baixa renda”;
- ii. Confronto de opiniões – Entrega de cópias do texto “Leia Seca no Brasil: análise dos diferentes pontos de vista”;

- iii. A Proposta – Entrega da Proposta de Escrita escolhida e da Folha para a escrita do Texto Definitivo;
- iv. Produção da Proposta – Produção de texto dissertativo-argumentativo sobre “Os Efeitos da Lei Seca no Brasil”.

Segue, abaixo, quadro para execução das etapas acima propostas:

Quadro 1: Etapas para execução da proposta escrita

<b>Atividade Proposta: Proposta Escrita</b>	
<b>Objetivo da atividade:</b> Produzir uma amostra de estudo, na qual se possa fazer um levantamento de como o fenômeno da concordância verbal de 3ª PP se manifesta nos textos dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.	
<b>Etapa 01</b>	<b>Data:</b> 07 de abril de 2014
	<b>Duração:</b> 2 aulas de 40 minutos
	<b>Procedimentos metodológicos:</b> Entregar aos alunos cópias do texto intitulado <i>Lei Seca atinge mais baixa renda</i> .
	<b>Material utilizado:</b> Folha xerografada para entrega
<b>Etapa 02</b>	<b>Data:</b> 09 de abril de 2014
	<b>Duração:</b> 2 aulas de 40 minutos
	<b>Procedimentos metodológicos:</b> Entregar aos alunos cópias do texto <i>Lei Seca no Brasil: análise dos diferentes pontos de vista</i> , para apresentar capas de revistas que abordam diferentes opiniões sobre o mesmo assunto.
	<b>Material utilizado:</b> Folha xerografada para entrega
<b>Etapa 03</b>	<b>Data:</b> 11 de abril de 2014
	<b>Duração:</b> 1 aula de 40 minutos
	<b>Procedimentos Metodológicos:</b> Entregar a Proposta de Redação do Enem 2013 e a Folha para o Texto Definitivo; realizar a leitura dos textos da coletânea e das instruções para a escrita.
	<b>Material utilizado:</b> Folhas xerografadas
	<b>Data:</b> 11 de abril de 2014

<b>Etapa 04</b>	<b>Duração:</b> 1 aula de 40 minutos
	<b>Procedimentos metodológicos:</b> Depois de entrega da proposta e da apresentação da coletânea, os alunos produzirão um texto, na modalidade escrita, dissertativo-argumentativo sobre os Efeitos da Lei Seca no Brasil.
	<b>Material utilizado:</b> Folha xerografada
	<b>Avaliação:</b> Será feita uma análise quantitativa dessa produção textual quanto à utilização da regra canônica de concordância verbal. Essa análise será tomada como diagnóstico e subsidiará todas as atividades de intervenção posteriores a ela.

As etapas 1 e 2 tiveram como objetivo central ampliar o repertório sociocultural dos alunos em relação à temática desenvolvida através de atividades de leitura. Na primeira etapa, realizada no dia **7 de abril de 2014 (etapa 1)**, foram entregues em sala de aula cópias do texto intitulado *Lei Seca atinge mais baixa renda* para que os alunos tivessem um contato inicial com a temática estudada. No dia **9 de abril (etapa 2)**, foram distribuídas cópias do texto *Lei Seca no Brasil: análise dos diferentes pontos de vista* objetivando um reconhecimento por parte dos alunos do 9º ano de opiniões divergentes sobre a Lei seca.

**Prisões**  
**Lei Seca atinge mais baixa renda**  
O POPULAR apresenta, com exclusividade, o perfil dos motoristas autuados por embriaguez ao volante

**Debaixes**  
Homenagem ao motorista responsável pela sua segurança. Durante o POPULAR analisou os perfis de 100 pessoas autuadas por embriaguez ao volante em 2013, e os resultados são surpreendentes. Além de serem mais jovens e com menor renda, os autuados são mais pobres e com menor escolaridade. Segundo o IBGE, apenas 10% da população brasileira possui ensino superior, e a maioria dos autuados não possui ensino médio completo.

**LEI SECA - O RETRATO**  
O POPULAR levantou o perfil das pessoas em condições de sofrer autuação por embriaguez ao volante, em dezembro. Veja a taxa de motoristas flagrados.

Estado	Homens (%)	Mulheres (%)	Brancos (%)	Pardos (%)	Negros (%)	Indígenas (%)
Alagoas	100	100	100	100	100	100
Acre	100	100	100	100	100	100
Amapá	100	100	100	100	100	100
Amazonas	100	100	100	100	100	100
Bahia	100	100	100	100	100	100
Brasília	100	100	100	100	100	100
Ceará	100	100	100	100	100	100
Distrito Federal	100	100	100	100	100	100
Espírito Santo	100	100	100	100	100	100
Goiás	100	100	100	100	100	100
Maranhão	100	100	100	100	100	100
Mat Grosso	100	100	100	100	100	100
Minas Gerais	100	100	100	100	100	100
Mato Grosso do Sul	100	100	100	100	100	100
Mato Grosso	100	100	100	100	100	100
Paraná	100	100	100	100	100	100
Paraná	100	100	100	100	100	100
Pernambuco	100	100	100	100	100	100
Piauí	100	100	100	100	100	100
Rio de Janeiro	100	100	100	100	100	100
Rio Grande do Sul	100	100	100	100	100	100
Roraima	100	100	100	100	100	100
Rio Grande	100	100	100	100	100	100
Rio Sul	100	100	100	100	100	100
Sergipe	100	100	100	100	100	100
Tocantins	100	100	100	100	100	100

Figura 2: Texto entregue para a 1ª etapa do diagnóstico, intitulado “Lei Seca atinge mais baixa renda”.




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS  
ESCOLA MUNICIPAL AÇÃO

Professor: \_\_\_\_\_  
Aluno: \_\_\_\_\_

Observe, a seguir, um mesmo fato sendo noticiado de maneiras variadas por diferentes veículos de comunicação. Veja como três revistas do país se reportaram e se posicionaram em relação à temática da Lei Seca.





Faça aqui anotações sobre como cada semanário se posiciona.

---

---

---

---

---

---

---

---

Figura 3: Folha entregue para a 2ª etapa do diagnóstico.

Nessas atividades, o conhecimento de mundo do aluno sobre a temática foi ampliado para que ele tivesse domínio do recorte temático que será trazido para questões sociais e culturais contemplando o texto com informatividade para além dos textos motivadores presentes na proposta de redação que será realizada na etapa 4.

Depois de aprofundada a temática escolhida em sala de aula, começamos a falar sobre a proposta de redação escolhida: *Efeitos da implantação da lei seca no Brasil*, indicada no Enem de 2013.

**PROPOSTA DE REDAÇÃO**

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil", apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**Qual o objetivo da "Lei Seca ao volante"?**

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta de nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: [www.djrtf.gov.br](http://www.djrtf.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: [www.aparacabocca5.gov.br](http://www.aparacabocca5.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

**Repulsão magnética a beber e dirigir**

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulpas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Imãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: *dirigir* ou *chamar um táxi* depois de beber. Ao mesmo tempo, tulpas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram aregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção *dirigir* virada para cima, os imãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virado mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Figura 4: Proposta de redação para a etapa 3.

Na etapa 3, foi entregue, no dia 11 de abril, a Proposta de Redação e realizada a leitura dos textos motivadores e das instruções para a escrita. A avaliação apresenta em sua coletânea quatro informações para servir como base para a redação, duas imagens e dois textos. Uma das imagens ilustrava uma campanha do governo federal defendendo que as pessoas não dirijam após beber, e a outra trouxe um infográfico com dados de uma pesquisa sobre os efeitos da campanha na percepção da população. Já os dois textos eram informativos: um deles listou diversos dados sobre o trânsito, como a porcentagem de acidentes provocados por motoristas embriagados. O segundo citava um exemplo de como os bares se adaptaram à nova lei.

O tema é pertinente, já que aborda uma questão social de grande penetração social em todo território, uma situação cultural bastante significativa e polêmica. É essencial questionar um dos principais efeitos esperados pela nova legislação, mas que não se concretizou: a redução das mortes provocadas por acidentes de trânsito. Espera-se que o aluno questione até que ponto a Lei Seca reduziu consideravelmente os índices de acidentes.

Após a apresentação da proposta, foi destinada mais uma aula para a escrita do texto.

## 2.1.4 Resultados dos dados da escrita

### 2.1.4.1 Resultados gerais

A amostra composta de 30 (trinta) redações do 9º ano do EF renderam 256 (duzentos e cinquenta e seis) ocorrências de sujeito em terceira pessoa do plural, com ou sem marca explícita de concordância padrão, como se pode conferir nos exemplos a seguir:

- (1) Esses padrões podem estar relacionados à cultura
- (2) indivíduos que gosta de se mostrar

A amostra composta de 256 dados apresentou 20 contextos sem a marca formal de plural no verbo, ou seja, (7,5%) do total de casos e 236 estruturas que continham marca de concordância na forma plural (92,5%), conforme o Tabela e o Gráfico a seguir.

<b>Amostra</b>	<b>Ausência de marca canônica</b>	<b>Presença de marca canônica</b>
Nº de dados	20/256	236/256
Percentual	7,5%	92,5%

Tabela 1 – Índices globais referentes à ausência/presença de marca canônica da concordância verbal de P6



Gráfico 1- Percentuais de cancelamento da marca de número.

Dos 256 dados, 92,5% deles apresentaram a marcação de plural, indicando que os alunos conhecem os mecanismos que presidem a norma gramatical da concordância verbal. A distribuição geral dos resultados confirma a hipótese de que a realização morfológica da concordância seria alta na amostra selecionada, embora demonstre o caráter variável da regra (Labov, 2003) na modalidade escrita em contexto de avaliação de desempenho. Almeida (2010), ao analisar dados de alunos do 9º ano do ensino fundamental, obteve um percentual de 3,6% de não realização morfológica de concordância verbal, índice que confirma o amplo uso da regra prevista pela norma gramatical e idealizada como norma-padrão. Dessa maneira, vale ressaltar que se trata de escrita em que há a influência da escola, pois todas as produções textuais foram feitas dentro da sala de aula de Língua Portuguesa. Outro fator relevante é que as redações foram produzidas como forma de avaliação, em contexto de **alto** grau de monitoração estilística.

Entre os grupos de fatores considerados em pesquisas anteriores, foram contempladas aqui as variáveis que se mostraram significativas para o condicionamento da regra na amostra, que partem da perspectiva morfofonológica, como saliência fônica da forma verbal em oposição a sua correspondente singular; e os que consideram a perspectiva morfosintática, como posição e distanciamento do sujeito gramatical.

Foi analisada a ausência de concordância canônica, uma vez que se objetivou identificar os mecanismos que atuam (des)favorecendo o apagamento da marca verbal de plural nos textos escritos de alunos concluintes do Ensino Fundamental. Dessa forma, os resultados auxiliarão a descrição dos contextos em que, apesar da divulgação escolar da norma gramatical de concordância, o aluno acaba por concretizar os padrões de uso popular na escrita, ainda que em situação de monitoração.

Ofereceram importante contribuição para o conhecimento das variáveis de reconhecida influência para o fenômeno da concordância verbal de P6 os seguintes estudos:

- i. O trabalho pioneiro de Lemle & Naro (1977), em *Competências básicas do português*, no que se refere à apreensão dos elementos condicionadores do fenômeno estudado;
- ii. Dissertação de Diva Graciosa (1991), que analisa o fenômeno em 18 entrevistas do tipo DID do acervo do Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro

(NURC) do Rio de Janeiro, que pode ser tomado como representativo do português urbano culto.

- iii. Dissertação de Sílvia Vieira (1995), que utiliza uma amostra do acervo do Projeto APERJ (Atlas Etnolinguístico do Estado do Rio de Janeiro), com 72 inquéritos, com informantes homens, pescadores, com pouca ou nenhuma escolaridade (no máximo até a 4ª série do 1º grau), distribuídos por três faixas etárias (18 a 35 anos; 36 a 55 anos; e 56 a 70 anos), de 12 localidades do norte do Estado do Rio de Janeiro, que pode ser aqui definida como representativa do português urbano do interior do Estado do Rio de Janeiro.
- iv. Os estudos de Anthony Naro e de Marta Scherre (cf. Naro, 1981; Scherre, 1989; Scherre & Naro, 2006, Naro & Scherre, 1989, 200 e 2003).
- v. Análise de Naro (1981) e Guy (1981) da amostra do Projeto Competências, com 20 falantes adultos alunos do MOBREAL, que pode ser tomada como representativa do português popular urbano do Rio de Janeiro.
- vi. Vieira e Bazenga (2013), em detalhada análise da expressão de terceira pessoa plural no Banco de dados Concordância.
- vii. O artigo de Vieira e Matraga (?), que apresenta os resultados do estudo sociolinguístico das normas variáveis de concordância verbal de terceira pessoa do plural praticadas por estudantes em redações de vestibular, contexto de alto grau de monitoração estilística.
- viii. O artigo de Vieira (2015), padrões de concordância de terceira pessoa plural no Português: um balanço das contribuições do projeto 21 da ALFAL, que reúne e delimita as contribuições das diversas pesquisas, sobretudo no âmbito da 3ª pessoa plural.

#### 2.1.4.2 Resultados dos grupos de fatores linguísticos e análise de dados

Esta seção apresenta os resultados da análise diagnóstica feita em amostra de textos escritos de alunos do 9º ano do EF em avaliação escolar, contexto de alto grau de monitoração estilística, para o conhecimento real dos fatores que presidem à opção desse aluno pela aplicação ou não da regra canônica de concordância verbal de P6, estabelecendo os contextos em que o aluno tenderia menos à concordância.

A pesquisa permitiu descrever as restrições estruturais que definem os fatores linguísticos atuantes na amostra. Considerando as variáveis linguísticas selecionadas como relevantes, verificou-se que desfavorecem a realização da marca morfológica de plural as seguintes estruturas:

- i. formas verbais cuja oposição entre singular e plural revela baixo nível de saliência fônica;
- ii. posposição do sujeito em relação ao verbo; e
- iii. presença de material interveniente entre o núcleo do sujeito e a forma verbal.

O conhecimento dessas estruturas, que constituem contextos de alta resistência à aquisição do padrão culto escolar idealizado para o alcance de alto grau de letramento na leitura ou na produção textual, é de fundamental importância para o professor de Língua Portuguesa e fornecerá elementos à constituição de material instrumental para a etapa final desta dissertação.

A primeira variável linguística escolhida para a observação da concordância verbal foi a diferença material fônica entre as formas singular e plural.

No estudo da concordância verbal, a saliência fônica é fator relevante na supressão de marcas de pluralidade no verbo. Essa variável foi introduzida na teoria linguística por Lemle e Naro (1977), em *Competências básicas do português*, ao abordar a regra de concordância verbal na linguagem oral empregada por vinte alunos de um programa brasileiro de alfabetização (o Mobral) da cidade do Rio de Janeiro e adjacências.

Para Scherre (1989) a saliência fônica consiste em “estabelecer que as formas mais salientes, e por isso mais perceptíveis, são mais prováveis de serem marcadas.”

A propriedade da saliência fônica ressalta a relação entre a fonética e a morfologia. Guy (1981, p. 200), em sua pesquisa sobre a desnasalização<sup>15</sup> em português, ao tratar da concordância verbal, relata que o português popular brasileiro tem na desnasalização e nas regras de concordância do sujeito com o verbo um outro grande caso de entrelaçamento e interação de processos morfossintáticos e fonológicos.

Levando-se em consideração a importância que esse fator exerce sobre fenômenos variáveis de natureza morfossintática, consideram-se para essa variável resultados obtidos por Scherre e Naro (2006), que hierarquizaram dois grandes níveis de saliência fônica verbal:

- i. Máxima diferenciação fonológica, percebida pela total alteração das desinências modo-temporais e/ou do radical, sendo uma forma completa ou parcialmente distinta da outra, mais especificamente, observada na oposição entre *é/são, fez/fizeram*;
- ii. Mínima diferenciação fonológica, percebida na fala espontânea, apenas pela nasalização da vogal final não acentuada e/ou pela adição de uma semivogal, sem envolvimento do radical, como nas oposições *bebe/bebem, vai/vão*.

Diante do exposto, o quadro abaixo representa, numa análise qualitativa, a atuação da variável saliência fônica na amostra de textos analisada:

VARIÁVEL	CONTEXTOS DESFAVORECEDORES DA MARCA DE NÚMERO	EXEMPLOS RETIRADOS DOS TEXTOS DOS ALUNOS
		<p>“Eu acho que essa é uma boa lei, mas <b>as propagandas ajuda</b> a aumentar o consumo de bebidas(…).”</p> <p>“Com tudo se <b>ouvesse</b> mais <b>conscientização</b> entre os mostoristas e mais <b>fiscalilação</b> os efeitos da Lei Seca seriam melhores (...).”</p>

<sup>15</sup> A desnasalização é fator importante para que se estabeleçam os níveis de saliência fônica, uma vez que envolve formas verbais regulares em que a nasalidade é o único traço distintivo entre as formas singular e plural, do tipo ele fala / eles falam.

Saliência fônica	Formas verbais de baixo nível de saliência fônica	<p>“Mas isso também é culpa do governo que falha ao receber suborno e também <b>as inúmeras propagandas de tv</b> que <i>incentiva</i> muito as pessoas a ingerir álcool, as péssimas estradas, sinalizações e iluminação.”</p> <p>“(…) ter consciência que <i>beber e dirigir</i> não <i>combina</i>.”</p> <p>“A Lei 11.705/2008 teve efeito para alguns, pois o governo teve outras ideias para que não <i>ocorra muitos acidentes</i> por uso de álcool (…).”</p> <p>“Essa lei no Brasil não teve muito efeito, peio <b>vários acidentes contiuu</b> acontecendo, mortes de inocentes, tudo isso por causa do excesso de álcool e muitas vezes, motoristas não são punidos.”</p>
------------------	---	---

Quadro 2: Atuação da variável saliência fônica quanto à ausência da marca de plural

Os resultados, de modo geral, estão em consonância com o postulado do princípio da saliência fônica.

As formas verbais com mínima diferenciação morfofonológica, que apresentam saliência fônica não acentuada entre as formas singular e plural, mostraram-se favorecedoras ao cancelamento da marca de número na amostra investigada. E as formas com máxima diferenciação fonológica, com maiores níveis de diferenciação entre as formas singular e plural, retêm a marca de número plural.

A segunda variável diz respeito à posição do sujeito em relação ao verbo, que é uma das variáveis mais controladas em estudos variacionistas e um dos condicionadores mais relevantes para a variação no âmbito do fenômeno abordado nesta pesquisa. Diferentes pesquisas comprovam que o sujeito posposto ao verbo favorece o cancelamento da marca de número no sintagma verbal, enquanto sua anteposição favorece a aplicação da marca (Cf. Naro 1981; Naro & Scherre 1999b, 2000; Graciosa 1991 e Vieira 1995).

Seguem abaixo exemplos da atuação da posição do sujeito em relação ao verbo na amostra ora estudada.

VARIÁVEL	CONTEXTOS DESFAVORECEDORES DA MARCA DE NÚMERO	EXEMPLOS RETIRADOS DOS TEXTOS DOS ALUNOS
Posição do sujeito	Sujeito posposto	<p>“O problema e a falta de consciências dos agentes de órgão públicos <b>existe anida muito suborno</b>, e também <i>propaganda</i> incentivando a beber bebidas alcoólicas e também a não dirigir.”</p> <p>“Bom a Lei Seca teve como início uma boa ideia, mas como eles apenas aumentaram a multa <b>não se obteve muitos efeitos</b> (...)”</p> <p>“A Lei 11.705/2008 teve efeito para alguns, pois o governo teve outras ideias para que <b>não ocorra muitos acidentes</b> por uso de álcool (...)”</p>

Quadro 3: Atuação da variável posição do sujeito em relação ao verbo quanto à ausência da marca de plural.

Os resultados obtidos mostram que a possibilidade de não realização padrão da concordância é menor quando o sujeito está anteposto ao verbo, opondo-se ao contexto de posposição do sujeito, com forte tendência ao desfavorecimento da marca canônica.

O controle da distância entre o núcleo do SN e o verbo foi o terceiro grupo de fatores examinado. Pretende-se verificar a hipótese de que quanto maior a distância entre esses dois termos, maior a possibilidade de cancelamento da regra canônica. Naro & Scherre (2003, p.58) afirmam que “os resultados associados aos sujeitos zeros, com zero distância favorecem mais marcas.”

Vieira (1995) destaca que, dentre os fatores controlados para investigar a opção do falante em relação ao fenômeno da concordância verbal, a variável distância entre o núcleo do SN sujeito e o verbo mostra que, quanto maior a distância entre esses dois constituintes, maior o cancelamento da marca de concordância.

VARIÁVEL	CONTEXTOS DESFAVORECEDORES DA MARCA DE NÚMERO	EXEMPLOS RETIRADOS DOS TEXTOS DOS ALUNOS
Distância entre SN e SV	SN sujeito distante do verbo	<p>“<i>Os anúncios</i> feitos em nossa TV, <i>incentiva</i> as pessoas beberem mais e causar mais acidentes em nosso dia-a-dia.”</p> <p>“Pois, <i>os números de acidente</i> por conta de álcool no volante ainda <i>é</i> elevado.”</p>

Quadro 4: Atuação da variável distância entre SN e SV quanto à ausência da marca de plural.

*Os resultados obtidos confirmam a hipótese inicial de que a presença de elementos intervenientes entre o sujeito e o verbo favoreceria a não concordância padrão.*

O comportamento dessa variável, tal como configurada, relaciona-se, sem dúvida, à distância entre o núcleo do SN sujeito e o verbo, estabelecida em diversos trabalhos como relevante para o fenômeno da concordância verbal.

## 2.2 Análise do livro didático do 9º ano da EMA

### 2.2.1 As características gerais do livro didático

Como sabemos, os documentos oficiais já recomendam que é fundamental que o professor de Língua Portuguesa, como língua materna:

- (i) assuma uma concepção de língua como sistema heterogêneo, situado historicamente;
- (ii) reconheça que as variantes linguísticas são portadoras de significados sociais;
- (iii) reconheça o papel da língua na identidade sociocultural de um grupo/comunidade; e
- (iv) tenha noção de norma(s) linguística(s) e da motivação política da escolha de uma “norma padrão”.

Tudo isso para que esse mesmo professor tenha conhecimentos que possam proporcionar aos seus alunos condições de reconhecer e observar fenômenos linguísticos variáveis.

Entretanto, nota-se que há certo descompasso entre esse “avanço científico” e a apropriação parcial, e às vezes inadequada, desses conhecimentos pela sociedade, até mesmo por alguns linguistas que se manifestaram sobre recente episódio relacionado à abordagem da variação linguística no livro didático (doravante LD) de Língua Portuguesa intitulado *Por uma vida melhor*, de Heloísa Ramos, distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático para a educação de adultos. A polêmica gerada se reporta à apresentação de sentenças com uma variedade do PB, a “variedade popular”, como em (1):

(1) Nós pega o peixe.

A autora afirma, na descrição do fenômeno, que na frase acima o pronome é de 1ª pessoa do plural e o verbo de 3ª pessoa do singular. Parece, dessa forma, ser o entendimento da autora que a ausência de concordância verbal é o que diferencia a gramática dessa variedade popular da gramática do português padrão. Na verdade, o livro propõe, de forma bem clara, que “a escola deve se preocupar em apresentar a norma culta aos estudantes, para que eles tenham mais uma variedade à sua disposição, a fim de empregá-la quando for necessário”. (p.12) Ainda assim, boa parte dos meios de comunicação de massa deu a notícia de que o referido livro proporia ensinar *erros linguísticos* aos alunos brasileiros.

Apesar do uso de diversos instrumentos e materiais didáticos, o livro didático compartilha espaço importante no universo escolar. Dessa forma, faz-se necessário, nesta etapa, analisar o LD de português do 9º ano adotado pela EMA, intitulado *Português: Linguagens*, 9º ano da coleção *Português: Linguagens*, dos autores William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2010), com o objetivo de observar o tratamento dispensado ao fenômeno da CV no principal recurso didático utilizado pelos professores da referida escola.

A referida coleção possui volumes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e foi aprovada no processo de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (doravante PNLD) de 2014, estando presente, desse modo, no *Guia de livros didáticos de Língua Portuguesa* para os anos finais do Ensino Fundamental.

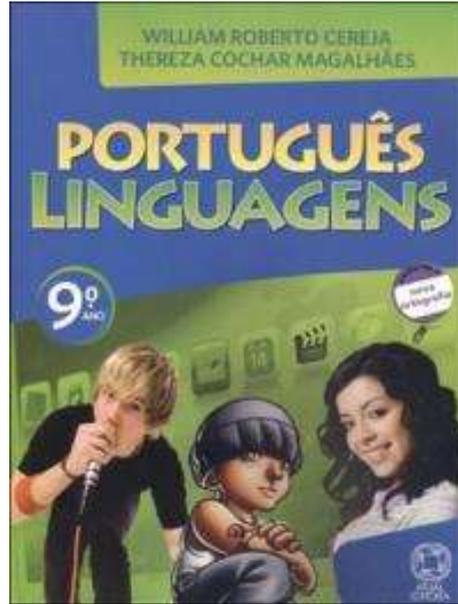


Figura 5: Capa do livro didático adotado para o 9º ano da EMA.

Para tanto, mostraremos, num primeiro momento, as características gerais desse material didático. Em seguida, procederemos à análise das seções direcionadas ao estudo dos fenômenos morfossintáticos.

### 2.2.2 A concordância verbal no LD

Na escola municipal estudada, assim como em muitas outras escolas da rede pública de ensino, o recurso material disponibilizado pelo governo aos alunos é o livro didático, de acordo com os critérios estabelecidos pelo PNLD. Com esse programa, o Ministério da Educação (MEC) aprova, divulga e distribui os títulos escolhidos pelo corpo docente.

O LD adotado pela equipe de português da EMA para o triênio 2013-2015 é o volume do 9º ano da coleção *Português: Linguagens* (op. cit.), que está em sua 6ª edição. Cada um dos volumes é composto por quatro unidades temáticas, que se subdividem em quatro capítulos. O último, intitulado *Intervalo*, apresenta um projeto que envolve toda a classe. Cada capítulo está organizado em cinco seções: *Estudo do texto*, *Produção de texto*, *Para escrever com adequação/coerência/coesão/ expressividade*, *A língua em foco* e *De olho na escrita*. Dentre elas, selecionamos para análise a *Língua em foco*, que aborda os aspectos gramaticais da língua. Esta seção é subdividida nos seguintes tópicos: *Construindo o conceito*;

*Conceituando; A categoria gramatical estudada na construção do texto; Semântica e discurso.*

A imagem a seguir traz uma visão geral da unidade 3 do volume do 9º ano:

	<b>UNIDADE 3 — Juventude</b>	
	De olho na imagem: Tenacidade, Li Zi Jian	134
	The swimming hole, Norman Rockwell	134
	<b>CAPÍTULO 1 — A permanente descoberta</b>	
	<b>Ser jovem, Artur da Távola</b>	136
	Estudo do texto	137
	Compreensão e interpretação	137
	A linguagem do texto	138
	Leitura expressiva do texto	139
	Cruzando linguagens	139
	Trocando ideias	140
	Ler é emoção	140
	Produção de texto	141
	O debate regrado público	141
	Para escrever com expressividade	147
	O verso e seus recursos musicais	147
	Verso e estrofe	148
	Métrica	148
	Rima	149
	Ritmo	150
	A língua em foco	152
	Estrutura e formação de palavras	152
	Estrutura das palavras	153
	Formação das palavras	155
	Estrutura e formação de palavras na construção do texto	158
	Semântica e discurso	159
	<b>CAPÍTULO 2 — A primeira vez</b>	
	<b>A primeira passeata de um filho, Lourenço Diaféria</b>	162
	Estudo do texto	163
	Compreensão e interpretação	163
	A linguagem do texto	165
	Leitura expressiva do texto	166
	Trocando ideias	166
	Produção de texto	166
	O debate regrado público: o papel do moderador	166
	A língua em foco	171
	Concordância — A concordância nominal	171
	Concordância nominal	172
	A concordância na construção do texto	175
	Semântica e discurso	177
	De olho na escrita: e, ç ou ss?	178
	Divirta-se	180
	<b>CAPÍTULO 3 — O sentido das coisas</b>	
	<b>Para Maria de Graça, Paulo Mendes Campos</b>	181
	Estudo do texto	184
	Compreensão e interpretação	184
	A linguagem do texto	185
	Leitura expressiva do texto	186
	Trocando ideias	186
	Produção de texto	186
	O texto dissertativo-argumentativo	186
	A língua em foco	192
	A concordância verbal	192
	Regra geral	192
	Concordância do verbo com o sujeito simples	192
	Concordância do verbo com o sujeito composto	194
	Concordância do verbo ser	195
	Casos especiais de concordância	196
	Semântica e discurso	198

Figura 6: Sumário da Unidade 3 do LD

A seção *Língua em foco* do capítulo 2 da Unidade 3, intitulada *Juventude*, (2010, p.171), inicia-se pela concordância nominal, mas antes de trazer o seu conceito, o livro

relembra a concordância verbal com alguns exercícios e apresenta o conceito geral de concordância como o “princípio linguístico que orienta a combinação das palavras na frase” (CEREJA & MAGALHÃES, 2010, p. 172). A partir disso, define concordância nominal e verbal:

*Concordância Nominal é a concordância, em gênero e número, entre o substantivo e seus determinantes: o adjetivo, o pronome adjetivo, o artigo, o numeral e o participípio.*  
*Concordância Verbal é a concordância do verbo com seu sujeito, em número e pessoa.*

Em seguida, e aliado à regra geral, o LD do 9º ano traz regras especiais de acordo com a norma padrão, como a questão da concordância ou não das expressões *é proibido*, *é necessário* e palavras como *bastante*, *meio*, *pouco*, *anexo*, *obrigado*, *mesmo* e *próprio*, por exemplo. Mas em nenhum momento explica-se o conceito de norma padrão.

Tais casos, apresentados de maneira particularizada, mostram apenas a inconsistência desse tratamento tradicional, que denota a expressiva variabilidade que envolve a concordância verbal, conforme se observa na Figura 6 (CEREJA & MAGALHÃES, 2010, p.173):

**Regras especiais de acordo com a norma-padrão**

1. As expressões **é proibido**, **é necessário**, **é preciso**, **é bom** ficam invariáveis quando acompanhadas de substantivo de sentido genérico:

É proibido entrada.	É necessário cautela.
É preciso sensibilidade.	Fruta é bom.

Entretanto, se o substantivo for determinado por artigos ou pronomes, a concordância é feita normalmente:

É proibida a entrada.	
A cautela é necessária.	

No cartaz, *proibida* está no feminino porque o substantivo *entrada* foi empregado precedido do artigo *a*.



Garfield, Jim Davis, "Pawer" Inc. All rights reserved. by Atlantic Synchrotron  
 (Folha de S. Paulo, 4/11/2008.)

Figura 7: Regras especiais focalizadas como “regras particulares, particularidades, exceções”.

Para apresentar a concordância na construção do texto, os autores trazem um poema de Chacal (p. 175), que é usado para se trabalhar marcas de oralidade e variação linguística, como em alguns exemplos de exercícios registrados a seguir (p. 176):

*Papo de Índio*

*Veiu uns ômi di saia preta  
cheiudi caixinha e pó branco  
quí eles disserum qui chamava açucrí  
Aí eles falarum e nós fechamu a cara  
depois eles arrepitirum e nês fechamu o corpo  
Aí eles insistirum e nês comemu eles.*

1. O texto, apesar de escrito, apresenta algumas marcas de linguagem oral.
  - a) Identifique palavras ou expressões que tenham sido escritas exatamente como se fala, sem respeitar as normas da ortografia oficial.
  - b) Identifique no texto dois procedimentos linguísticos próprios de relatos ou narrativas orais.
  - c) Explique o relato entre o título e as marcas de oralidade do texto.
2. Além das marcas de oralidade, o texto apresenta outras palavras e expressões que fogem à norma padrão.
  - a) Reescreva todo o texto de acordo com a norma padrão da língua. Se quiser, mantenha expressões como **fechar a cara** e **fechar o corpo**.
  - b) Na nova redação dada ao texto, como ficariam as palavras “Veiu”, “cheiu” e “fechamu”? Por que elas sofreram modificação?
  - c) Dessas três palavras que deixam de observar os princípios da concordância, quais se assemelham mais entre si? Por quê?
  - d) Desses desvios em relação à norma padrão, qual deles é socialmente considerado mais grave? Por quê?
3. Essas situações e outras do texto demonstram que o autor, intencionalmente, fez uso de variedades linguísticas não-padrão para tratar de uma situação de colonização, de dominação política e cultural exercida pelo branco colonizador sobre o índio.
  - a) Os desvios linguísticos empregados são específicos da fala dos índios brasileiros ou caracterizam variedades não-padrão da língua portuguesa, sendo, por isso, próprios da fala de grande parte dos brasileiros. Justifique.
  - b) Uma das formas de dominar um povo é destruir sua cultura e sua língua. Mas, no texto em estudo, o índio é quem acaba dominando e devorando o colonizador. Essa atitude é compatível com o tipo de língua empregado? Por quê?

Nas atividades apresentadas para trabalhar a concordância na construção do texto, os autores incluem a questão da variação linguística ao tratar do conteúdo gramatical. Entretanto,

os conceitos de variação linguística e norma padrão, várias vezes mencionados, aparecem sem nenhuma explicação prévia no livro. E, por mais de uma vez, associam as variantes a desvios da norma padrão. Os exercícios que têm uma abordagem mais próxima da relação entre a gramática e as variantes na concordância só pedem para identificar e reescrever na norma padrão. E, por fim, o livro traz uma proposta de reflexão de que as variantes podem estar em processo de dominação da norma culta, mas pela forma como se conduziram os exercícios até este ponto, parece um chamado contra essa dominação. Em um último quadro sobre esta parte da gramática, o livro didático apresenta a função da concordância, exibindo mais um conceito sociolinguístico superficialmente, que é a norma culta (p. 176):

*Para que serve a concordância?*

*A concordância - verbal ou nominal - está ligada aos princípios lógicos que regem a língua e o pensamento humano. Concordar adequadamente o sujeito com o verbo ou o adjetivo com o nome pode tornar o texto mais preciso, sem ambigüidades. Porém, o principal valor da concordância é social. Socialmente, existe uma variedade linguística de prestígio, que é a norma culta. Em determinadas situações formais - como falar em público, fazer entrevistas para conseguir emprego, falar com autoridade - devemos empregar essa norma, senão corremos o risco de sermos julgados de forma preconceituosa e não alcançarmos nossos objetivos.*

*E, nessa variedade, um dos princípios linguísticos mais notados e exigidos socialmente é o da concordância.*

### 2.3 Levantamento de questões e hipóteses

A observação empírica da escrita dos alunos e a revisão da literatura que focalizou o objeto de interesse desta pesquisa guiaram a formulação de questões e hipóteses que orientaram esta investigação.

As questões relevantes para o professor em sala de aula, imprescindíveis ao exercício desse público no ensino fundamental, que estão na base deste estudo são:

- i. O problema principal no ensino de português nas escolas é a distância entre a língua falada, vernacular, e a língua escrita institucionalizada, a que a escola visa

como meta da aprendizagem. Diante disto, surge a dúvida: como o professor pode articular a diversidade linguística com o ensino de português?

- ii. Como o conhecimento os estudos sociolinguísticos brasileiros podem auxiliar o professor de português a construir uma prática pedagógica produtiva?
- iii. Par que ensinar a concordância verbal? O que ensinar sobre esse fenômeno? E, ainda, como apresentar aos alunos do 9º ano do EF essa regra variável?

Formulam-se, então, as seguintes hipóteses acerca das questões anteriormente elencadas:

- i. Tendo em vista os baixos índices educacionais no Brasil e levando em conta a realidade escolar de hoje, supõe-se que o ensino de gramática hoje praticado na escola não esteja surtindo real efeito na escrita do aluno. Dessa forma, esperasse constatar que os alunos apresentam uma avaliação negativa em relação a certas atitudes e crenças em sala de aula.
- ii. Uma nova postura no ensino de gramática, a partir de reflexões sociolinguísticas fundamentadas em resultados científicos e sugestões para uma prática pedagógica produtiva, pode construir uma pedagogia da variação que promova, efetivamente, a educação linguística dos alunos.
- iii. A presença de marca de concordância canônica de P6 na amostra investigada será majoritária, tendo em vista tratar-se de modalidade escrita da língua em contexto de alto grau de monitoração estilística, e, ainda, que a não realização da marca se circunscreve a contextos morfossintáticos muitos específicos.

## CAPÍTULO IV

### UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DE INTERVENÇÃO

O conhecimento que temos acumulado sobre a sistematicidade da variação nas línguas e sobre os danos ao indivíduo e a camadas inteiras de uma comunidade por conta da valoração social que recai sobre formas variantes não nos torna equipados para uma postura, como professores e como cidadãos, mais aberta à heterogeneidade da língua e, em último grau, da sociedade? De que modo isso poderia se efetivar? (COELHO *et al.*, 2010)

Para que se possa investir na elaboração de propostas pedagógicas que configurem práticas sociolinguisticamente fundamentadas, foi necessário realizar um experimento em sala de aula do Ensino Fundamental para fornecer resultados sobre a regra variável da concordância verbal de P6 em textos escritos com o objetivo de fornecer elementos à constituição de material instrucional para o professor, de modo a instrumentalizá-lo quanto à forma de trabalhar a variação, com fins precípuos de domínio de estilos formais do português.

O ensino da concordância verbal pode deixar lacunas no aprendizado dos alunos se não levar em conta aspectos importantes, somente conhecidos através de resultados de pesquisa, sob pena de agravarem-se os problemas já existentes em sala de aula. Repensar o lugar da gramática no ensino de português na escola não é abandonar o seu ensino e substituir por prática de leitura e produção textual e mais recentemente por análise de gênero.

Evidenciou-se com esta pesquisa e intervenção a atuação de variáveis linguísticas no condicionamento desse fenômeno, sugerindo que fatores estruturais influenciam a sua realização. Os padrões dos textos dos alunos vão refletir os padrões já sistematizados nos estudos sociolinguísticos (VIEIRA, 2013). Entretanto, a não marcação da concordância verbal canônica, embora prevaleça em alguns contextos na fala da maioria da população brasileira, inclusive na dos falantes que ditam as normas sociais e políticas, constitui um traço de diferenciação social que se revela nitidamente diante de alunos falantes de dialetos desprestigiados.

Diante disso, esta etapa objetiva atender às demandas detectadas no diagnóstico sobre o ensino da concordância verbal no 9º ano da EMA. Importante, aqui, ressaltar que as atividades de diagnóstico foram as únicas desenvolvidas com a turma do 9º ano do ensino

fundamental. As atividades apresentadas nesta proposta de intervenção são sugestões, diretrizes e encaminhamentos para o exercício dos professores dos anos finais dessa etapa de ensino para o ensino da concordância verbal.

Para tanto, apresentaremos de forma breve os principais pontos da proposta de ensino de Gramática, baseada em três eixos, que foi criada no âmbito da disciplina Gramática, variação e ensino do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Assim, sintetizamos a descrição feita em Vieira (2015, no prelo).

Por fim, será apresentada a sequência didática com todas as atividades propostas descritas, bem como os objetivos e as justificativas formuladas para cada uma delas.

### 3.1 A fundamentação teórico-metodológica da intervenção

#### 3.1.1 O ensino de Gramática: três eixos

Grande problemática enfrentada atualmente nas salas de aula de Língua Portuguesa diz respeito ao ensino dos conteúdos gramaticais. Vieira (2015, no prelo) afirma que os motivos para essa dificuldade são de natureza diversa:

- (i) ora mais relacionado ao tratamento teórico-descritivo dos temas linguísticos, por vezes desatualizado ou repleto de equívocos conceituais;
- (ii) ora relativos à suposta improdutividade do tratamento de temas gramaticais desvinculado da produção de sentidos ou do chamado efeito expressivo (o que remete à problemática da relação gramática e texto);
- (iii) ora, ainda, atrelado à abordagem inadequada de fenômenos variáveis (o que remete à relação gramática e variação, e encaminha à complexa área do ensino de norma(s) linguística(s)).

Entender, por exemplo, que o motivo dessas dificuldades enfrentadas pelos professores perpassa concepções importantes e, por vezes bastante variadas, como, por exemplo, a própria definição do termo gramática. Toda vez que se fala em gramática, é necessário deixar claro de que é que está se falando, uma vez que é possível ir desde a ideia de gramática como “mecanismo geral que organiza as línguas” até a ideia de gramática como disciplina escolar.

O termo “gramática” pode ser entendido, por exemplo, como o conjunto de conhecimentos naturais de que o usuário da língua dispõe, ou, em outra perspectiva, como

livro onde constam regras para o bom uso de uma língua. Dessa forma, a gramática pode ser concebida, como afirma Neves (2006, p. 80), como um “mecanismo geral que organiza as línguas” e também como “disciplina”. Na qualidade de disciplina, pode ser apresentada em diferentes vertentes, como, por exemplo, normativa, descritiva (esta, ainda, segundo várias linhas, estruturalista, funcionalista, formalista, dentre outras). Dessa forma, a concepção que a sociedade em geral tem da gramática é marcada negativamente, o que faz de sua compreensão algo tão complexo.

Objetivando colaborar com a qualidade das aulas e o crescimento da competência comunicativa dos alunos como produtores e receptores de texto, foi elaborada, no âmbito da disciplina Gramática, variação e ensino do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), uma proposta experimental para o ensino de Gramática em três eixos, de modo a cercar o tratamento dos temas linguísticos segundo as diversas faces propostas.

Ao privilegiar o texto como objeto de ensino, Vieira (2013, p. 67) explicita os objetivos gerais e específicos da área:

Aliado ao objetivo geral do ensino de Língua Portuguesa já postulado – o de desenvolver a competência de leitura e produção de textos –, dois objetivos específicos podem ser formulados para que se dê o reconhecimento dos elementos linguísticos (dos diversos níveis gramaticais) e discursivos que fazem a tessitura textual acontecer: (i) desenvolver o raciocínio científico sobre a estrutura gramatical e (ii) observar o funcionamento social da língua.

Assim, é inegável que a escola precisa trabalhar com gramática,

(i) considerando o funcionamento de recursos linguísticos em diferentes níveis (fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico-discursivo);

(ii) permitindo o acesso às práticas de leitura e produção de textos orais e escritos, de modo a fazer o aluno reconhecer e utilizar os recursos linguísticos como elementos fundamentais à produção de sentidos; e, ainda,

(iii) propiciando condições para que o aluno tenha acesso a variedades de prestígio na sociedade, segundo os contínuos de variação (Cf. BORTONI-RICARDO, 2005), que configuram uma pluralidade de normas de uso, sem desmerecer outras variedades apresentadas pelo aluno e/ou nos diversos materiais usados.

É com base nesses pressupostos gerais que Vieira (2015, no prelo) propõe – com base em ampla literatura sobre o ensino de Português – a conjugação de três eixos de aplicação do ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa, sendo o primeiro deles transversal aos dois últimos. Trata-se de focalizar fenômenos linguísticos como: (EIXO I) elementos que

permitem a abordagem reflexiva da gramática; (EIXO II) recursos expressivos na construção do sentido do texto; e (EIXO III) instâncias de manifestação de normas/variedades.

Os postulados de Franchi (2006) são os que melhor representam o primeiro, o ensino de Gramática como atividade reflexiva. Para o autor, as atividades escolares com o componente especificamente gramatical seriam de três naturezas: a linguística, a epilinguística e a metalinguística.

A atividade linguística consiste no “exercício do ‘saber linguístico’ das crianças dessa ‘gramática’ que interiorizam na troca com os adultos e seus colegas” (p. 95). Trata-se de produzir e compreender textos, criando “as condições para o desenvolvimento sintático dos alunos”. Assim sendo, a atividade linguística visa a “tornar operacional e ativo um sistema a que o aluno já teve acesso fora da escola, em suas atividades linguísticas comuns” (p. 98).

Já a epilinguística, segundo Franchi, consiste numa prática em que o aluno opera sobre a linguagem, testa possibilidades, estabelece comparações, transformações sobre ela. Trata-se de levar o aluno, desde cedo, a diversificar os recursos expressivos com que fala e escreve, a operar sobre a própria linguagem, praticando a diversidade dos fatos gramaticais.

Por fim, a atividade metalinguística é um “trabalho inteligente de sistematização gramatical” que permite descrever a linguagem a partir do caráter sistemático das construções, repletas de significação.

O segundo eixo de ensino, que trata do componente gramatical para a compreensão do texto, encontrou na perspectiva funcionalista proposta por Neves (2006) sua maior representante.

Neves (2006) chama a atenção para o fato de que os professores de Língua Portuguesa sabem que a gramática que ensinam não ajuda o aluno a escrever melhor, porém os docentes continuam a ensiná-la dessa forma, pois assim se eximem de uma culpa maior pelo fracasso de seus discentes.

A autora propõe que o ensino de gramática seja pautado através do texto, unidade básica da língua em funcionamento (p. 49):

A língua em uso oferece complicadores no nível semântico e no nível pragmático-discursivo. E é a língua em funcionamento que tem de ser objeto de análise em nível pedagógico, já que a compartimentação da gramática como disciplina desvinculada do uso da língua tem sido um dos grandes óbices à própria legitimação da gramática como disciplina com lugar no ensino de língua portuguesa.

Relacionado ao trabalho com atividades reflexivas e discutindo a questão do texto, está o eixo da variação. Nesse sentido, Vieira (2015, no prelo) chama a atenção, em primeiro lugar, para o fato de que o ensino de Gramática (conjunto de regras naturais que nos permitem produzir e interpretar enunciados capazes de significar) não pode ser confundido com o ensino de norma-padrão (conjunto de regras linguísticas a serem seguidas para o domínio de estruturas consideradas de prestígio em meios escolarizados, sobretudo em situações formais orais e escritas).

O terceiro eixo proposto tem, assim, como seus principais representantes autores como Bortoni-Ricardo (2004), Vieira (2013), que sinalizam a importância do trabalho com as estruturas gramaticais a partir da pluralidade de normas que compõem a Língua Portuguesa.

Consoante Vieira (2013, p. 65), assumimos aqui que, às aulas de Língua Portuguesa, cabe promover, considerando o *continuum* da variação, o reconhecimento e/ou domínio do maior número possível de variantes linguísticas, praticadas pelos alunos ou não. Desse modo, o ensino de Português cumprirá o intento de tornar o aluno capaz de reconhecê-las e/ou produzi-las, se assim desejar.

Sintetizando, fica claro que o trabalho com o componente linguístico no eixo da variação (EIXO III) é fundamental para que se realizem os EIXOS I e II, uma vez que essa prática pode ficar impedida ou dificultada pela falta de domínio de certas construções linguísticas por parte dos alunos. Ou seja, o ensino de Gramática como atividade reflexiva (EIXO I), aliado ao desenvolvimento da competência comunicativa (EIXO II), deve ser conjugado ao trabalho com a variação linguística como condição, na maioria dos casos, para a promoção do letramento, seja no nível da leitura, seja no da produção de textos.

Portanto, a elaboração da sequência que será detalhada a seguir objetiva conjugar os três eixos de ensino.

### 3.2 Uma proposta para o ensino de concordância verbal no Ensino Fundamental

Nesta seção, apresentaremos a proposta de intervenção que objetivou trabalhar o componente gramatical da concordância verbal conforme os três eixos de ensino apresentados anteriormente.

O ponto de partida para a elaboração desta proposta foi a análise de materiais didáticos sobre o tema, leitura de trabalhos acadêmicos, reflexão acerca do ensino desse conteúdo, bem

como a análise de 30 redações elaboradas por alunos de uma turma do nono ano que concluíram o Ensino Fundamental em 2014 em uma escola pública municipal localizada em Natal/RN.

Além disso, foi de fundamental importância para a elaboração desta proposta a experimentação de uma atividade para diagnóstico, que consistiu especificamente na aplicação de uma proposta de redação já analisada nesta dissertação.

Cabe ao professor, se constatada a necessidade, aplicar anteriormente à execução desta proposta de intervenção uma atividade para que os alunos reconheçam os verbos nas orações e verificar os argumentos projetados por esses. Uma dica é usar uma nomenclatura mais simples, tal qual sugere Faraco (2003) em seu livro didático destinado aos alunos do Ensino Médio. Chamamos o verbo de “maestro” da festa, um dos predicadores da sentença, o qual rege todos os outros termos das orações e a quem esses termos estariam em situação de “obediência”, submissão. Desse modo, buscamos trabalhar a hierarquia entre os constituintes e a seleção argumental de um predicador<sup>16</sup>.

Após a realização dessa etapa de revisão, realizamos a atividade de diagnóstico citada para, só então, elaborar a proposta de intervenção em questão.

A proposta de intervenção ora proposta tem como objetivo principal trabalhar, no eixo da variação linguística (EIXO III), a concordância verbal, permitindo, dessa forma, que os alunos tenham acesso ao maior número de estratégias possíveis e as reconheçam ou as utilizem, da forma mais adequada possível, nas mais diversas situações comunicativas.

Além disso, tem como objetivos específicos trabalhar a concordância: (i) como recurso sem o qual não se produziriam certos sentidos integrados aos mais diversos gêneros textuais (EIXO II) e (ii) como elemento que permite fazer uma reflexão sobre a língua (EIXO I), conforme os objetivos aprendidos no âmbito do curso de Gramática, variação e ensino do Mestrado Profissional em Letras. As atividades que constituem a sequência didática são de cunho linguístico e epilinguístico (e, mais raramente, metalinguístico), conforme Franchi (1998), e, sempre que possível, abordam os três eixos planejados para o ensino de Gramática de forma inter-relacionada, contextualizando o componente gramatical em diversos textos e situações discursivas.

---

<sup>16</sup> Recomenda-se a leitura da *Gramática do português culto falado no Brasil* (ILARI *et al.*, 2014), que traz uma importante contribuição para a formação de professores nos cursos de Letras, assim como para o exercício de professores nos ensinos Fundamental e Médio.

### 3.2.1 Composição das etapas

As atividades que integram esta intervenção pedagógica são baseadas em uma proposta experimental para o ensino de gramática em 3 eixos (Vieira, 2015) e foram distribuídas em quatro etapas, que podem corresponder a quatro encontros.

### 3.2.2 Descrição das atividades

#### **1ª etapa**

No tratamento da gramática em interação com a variação linguística (Eixo 3), é de fundamental importância que a sequência didática sensibilize o aluno, primeiramente, para a existência de uma regra variável de concordância verbal — bem diferente da regra geral postulada pela gramática tradicional—, cujas formas alternantes podem ser (i) *Eles saíram e não voltaram mais* ou (ii) *Eles saiu e não voltou mais*.

Para promover a exposição às diferentes formas de concordância integradas a textos (Eixo 2), o professor poderá propor a análise da produção textual de um aluno de 9º ano, sem especificar nome, turma ou escola. Essa produção pode fazer parte do *corpus* da escrita da pesquisa diagnóstica ou ser retirada de alguma outra atividade já desenvolvida anteriormente, em que se verificou alta produtividade de apagamento da flexão de P6. O texto escolhido pode ser reproduzido em Datashow ou em cópias, a depender dos recursos disponibilizados por cada escola. Alguns autores recomendam a análise colaborativa de textos dos alunos da própria turma (cf. Koch & Elias, 2014), uma vez que apresenta mais veracidade com o que se pretende analisar, porém a presença do autor na sala de aula pode, de alguma forma, interferir na avaliação.

Após essa etapa de leitura, o professor pode pedir uma análise mais atenta das escolhas linguísticas feitas pelo aluno. Assim que o tema do estudo for reconhecido, o professor deve direcionar a observação dos alunos para todas as passagens em que essa forma de se expressar foi empregada, através de perguntas que levem à formulação de hipóteses. Por exemplo: “Por que você acha que ele escolheu essa forma de se expressar?”; “Será que foi por falta de atenção ou porque ele só conhece essa maneira?”; “Você conhece alguém que fala ou escreve dessa forma?”. Desse modo, será problematizada a questão do uso de verbos na P6.

## 2ª etapa

Nesta etapa, deve o professor sistematizar e explorar o conhecimento gramatical em torno da temática. Para isso, e levando em consideração a proposta de um ensino reflexivo (Eixo 1) sobre a gramática, o professor poderá trabalhar com o conceito em questão: mas o que é concordância verbal?

O professor poderá escrever no quadro branco o verbete de concordar e concordância para instaurar, em sala de aula, a discussão sobre a temática.

### *Definição*

**con.cor.dar** *v.* 1 *por em harmonia; combinar* 2 *estar de acordo* 3 *permitir.*

**con.cor.dân.cia** *s.f.* 1 *ação de concordar* 2 *em gramática, a correspondência de flexões existentes entre dois termos de uma oração, como entre verbo e sujeito, entre substantivo e adjetivo.*

*Fonte: HOUAISS, Antônio Houaiss. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. 4. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.*

É imprescindível, nesse momento, dar oportunidade ao aluno para participar da construção do conceito em questão, estimulando-o a responder o que significam as definições acima apresentadas. Após essa construção inicial, o assunto poderá formalmente ser apresentado através uma aula preparada em folha xerografada pelo professor e entregue aos alunos.

Esta aula/atividade faz-se necessária na medida em que, em muitas situações, o aluno encontrará pelo menos dois padrões de concordância verbal (EIXO III), como já apresentado na etapa anterior. Entretanto, a escola pouco ou nada aborda dessa questão, limitando o conceito a apresentação da regra geral ou, no máximo, falando em “regras especiais”.

Necessário retomar, aqui, a atenção do aluno para o fato de haver, em português, pelo menos dois padrões básicos e opostos de aplicação da categoria de número plural no âmbito do sintagma verbal: (i) um, redundante; (ii) outro, simplificado.

A concordância é, então, a conformidade morfológica entre uma classe (neste caso, o verbo) e seu escopo (componente gramatical que determina a interpretação de um predicado/ alvo, mira), neste caso, o sujeito.

Essa conformidade implica, portanto, na redundância de formas, ou seja, se houver marcação de plural no sujeito, haverá marcação de plural no verbo, como se vê em (1).

(1) *As portas da cidade caíram* ante o ímpeto das tropas invasoras.

(2) O aumento desses crimes ~~estão~~ *provocando* situações irreversíveis.

(3) O aumento desses crimes ~~está~~ *provocando* situações irreversíveis.

Os exemplos (2) e (3) mostram que as regras de concordância no Português Brasileiro (PB) estão sujeitas a regras variáveis, que vão desde os baixos índices de marcação plural aos mais expressivos índices de marcação.

Observe os exemplos abaixo:

(4) *Os menino saiu* correndo.

(5) *The boys left.*

Há uma gramática em (4), uma gramática bastante parecida com a do inglês (5), no sentido de que a marcação de plural só ocorre num dos termos do sintagma nominal.

Em seguida, com base em exemplos apresentados no *data show* (cf. Figura 8), que deverá ser relacionado a um contexto de menor monitoração (conversa informal entre colegas de classe, por exemplo), o professor solicitará que os alunos realizem algumas atividades, consoante o “princípio da complexidade crescente” citado por Vieira (2013:99), o qual estabelece que se deve partir dos usos que apresentam menor complexidade para os mais complexos.



The image shows a screenshot of a Datashow interface. On the left is a promotional image for 'GUSTAVO LIMA AS MINA PIRA' with the website 'www.sertanejonaveia.com'. On the right, there is a news section titled 'Pesquisa aumenta vantagem de Serra' with a sub-headline 'Candidato do PSDB tem 38% da preferência e Dilma aparece com 28%, segundo Datafolha Mais »' and a bullet point '• Ciro perde espaço no PSB após cobrar candidatura'. Below this is a list of headlines, with 'Armas nucleares é proibida pelo Islã, diz aiatolá' highlighted in a red box. Other headlines include 'Pão de Açúcar e Casas Bahia estão longe de acordo', 'Em um mês, três obras do PAC apresentam problemas', 'Estados não atingem meta de vacinação H1N1', 'Papa envia mensagem de 'solidariedade' aos poloneses', 'Carajás e Tapajós podem ser estados do Brasil', 'Escolas reduzem violência com medida polêmica', 'Grécia decidirá sobre ajuda da UE e do FMI', and 'Ator Danny Glover é preso durante protesto'. At the bottom, there are financial indicators: 'USD/BRL: 1,7 1,35%', 'IBOVESPA: 69.421,0 -1,56%', and 'Dow: 11.019,0 -1,13%'. A 'Mais no Yahoo! Notícias »' link and a 'Obter cotações' button are also visible.

Figura 8: Exemplo apresentado no *Datashow* para ser reescrito em um estilo mais monitorado.

Nessa atividade, o aluno deverá reescrever os trechos para adequá-los a um estilo mais monitorado. Os exemplos apresentarão, propositalmente, diferentes variantes de P6, porque é assim que se comporta a regra variável de CV no polo menos monitorado do contínuo de monitoração estilística, conforme esclarece Bortoni-Ricardo (2004).

Como sugestão, e para aprofundamento, o professor pode desenvolver uma atividade, para ser realizada em casa, partindo dos resultados já obtidos no diagnóstico desta pesquisa: exercícios que (1) focalizem os verbos regulares no presente e no imperfeito do indicativo, uma vez que nesses tempos há menor diferenciação fônica entre as formas singular e plural, (2) privilegiem as estruturas de sujeitos pospostos e (3) distantes dos verbos, que propiciam maior probabilidade ao cancelamento da marca canônica do verbo.

E, somente após essa etapa, deve ser trabalhada a variação linguística, para que os alunos percebam com mais facilidade as variadas possibilidades que a língua possibilita ao usuário.

A finalização dessa 2ª etapa representa a possibilidade de integrar estudo gramatical e produção textual, ainda que de uma maneira inicial.

### 3ª etapa:

Nesta atividade, o aluno precisa compreender que o exercício constante de correção, feito pela mídia, escola e sociedade no geral, é essencial para que a imposição dessa norma padrão possa ser realimentada e mantida. Em consequência disso, é comum ouvir afirmações de que os brasileiros não sabem falar a sua língua e que para os linguistas “tudo vale na língua”, supondo também que estes são contrários ao ensino das variedades ditas cultas (FARACO, 2008).

Portanto, caberá ao professor despertar a consciência do seu aluno quanto à valoração sociolinguística da concordância canônica ou da concordância não canônica, uma vez que lhe permite conhecer opções linguísticas a que se atribui normalmente prestígio social. A atividade *permitirá* ao aluno uma reflexão sobre o emprego de diferentes estratégias de concordância; logo, estaremos trabalhando com o âmbito da variação, contemplando, ainda que indiretamente (ao fazer reflexões do uso dessas estratégias), os contínuos oralidade-letramento e monitoração estilística (EIXO III) e também os efeitos de sentido obtidos pelo autor ao utilizá-las (EIXO II).

O professor abordará, em sala de aula, a polêmica instaurada em 13 de maio de 2011, a respeito do livro didático *Por uma vida melhor*, distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) para turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em todo o Brasil. No Datashow, poderá mostrar algumas sentenças retiradas do livro, e utilizadas por sua autora para comentar sobre o Preconceito Linguístico. São elas: “nós pega o peixe”; “os menino pega o peixe” e “os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”, retiradas do capítulo 1.

É importante observar essa polêmica, no entanto, a partir de diferentes ângulos. A partir disso, mostrará, também, duas matérias publicadas sobre esse assunto (cf. Figura 5 e 6)



Figura 9: Matéria publicada no Jornal Nacional em 2014 sobre o MEC.



Figura 10: Matéria publicada no Gazeta do Povo em 2014.

Após essa apresentação, o professor escreverá no quadro branco o comando da atividade.

*Agora, reflita:*

*a) Sendo um assunto socialmente relevante, dada a sua repercussão, notamos no debate que se instaurou com o livro “Por uma Vida Melhor” uma oportunidade de investigação das formações enunciativas que constituíram a polêmica. Elabore uma análise discursiva tomando tal material como base, a fim de identificar vozes em diálogo (divergentes ou convergentes) e suas posições ideológicas em relação ao assunto, evidenciando ainda os recursos linguísticos utilizados nessas formações enunciativas.*

*b) O que os textos analisados podem sugerir sobre a atitude dos colunistas, comentaristas, linguistas, perante o ensino de Língua Portuguesa desenvolvido atualmente nas escolas brasileiras?*

Após os exercícios propostos anteriormente, pode-se abordar com eles como um livro didático costumeiramente aborda o tema. Essa atividade faz uma espécie de conclusão do trabalho considerando o âmbito da variação das estratégias de concordância verbal. Nela, deve-se mostrar aos estudantes o descompasso entre as descrições gramaticais e o uso da língua no cotidiano. Trata-se, portanto, dentro de uma abordagem reflexiva do componente

gramatical, não só de uma atividade epilinguística, mas também de uma sistematização em atividade metalinguística, conforme propõe Franchi (2013 [2006]). Objetiva-se, assim, despertar o senso crítico do aluno em relação ao fato de que há fenômenos na língua, como a concordância verbal, pouco considerados em manuais didáticos e/ou gramaticais.

Nesta atividade, o professor deve utilizar como base o livro de português específico da etapa de ensino em que está ensinando. Tomando como exemplo o livro analisado nesta dissertação, *Português: Linguagens, 9º ano*, dos autores Cereja e Magalhães, 2010, deve-se ler os trechos abaixo (cf. Figuras 11 e 12).

**Regra geral**  
Leia esta tira, de Dik Browne:



Ao examinar as frases da tira de Dik Browne, você observou que o verbo concorda com o sujeito em número e pessoa. De acordo com a norma-padrão da língua, esse é o princípio básico da concordância verbal. Há, entretanto, outros casos de concordância verbal que devem ser considerados.

**Concordância do verbo com o sujeito simples**

- Quando o sujeito é representado por um **substantivo coletivo**, o verbo fica no singular:  
Ao final do espetáculo, o público, aplaudiu em pé o elenco.

Figura 11: Definição de concordância verbal no LD

**Concordância do verbo com o sujeito composto**

- Quando o sujeito composto aparece **anteposto** ao verbo, este fica no plural:  
Pai e filho, praticam natação diariamente.
- Quando o sujeito composto aparece **postposto** ao verbo, este concorda com o elemento mais próximo ou fica no plural:  
Foi ao cinema ela mãe, o filho e a filha.  
Foram ao cinema a mãe, o filho e a filha.
- Quando o sujeito composto é constituído por pessoas gramaticais diferentes, o verbo fica no plural. Se houver 1ª pessoa (eu, nós), ela prevalece sobre todas as outras; se houver 2ª pessoa (tu, vós), o verbo pode ficar na 2ª ou na 3ª pessoa do plural. Veja:  
Eu, tu e ela, formaremos um grupo na aula de Geografia, certo?  
Tu e ela, ilustrareis o trabalho de Geografia.  
Tu e ela, ilustrarão o trabalho de Geografia.

**A concordância verbal e o preconceito linguístico**

Você já sabe que, entre os vários tipos de preconceito, há também o linguístico.

Se, por exemplo, um falante ideia de empregar a preposição em uma construção como "O filme a que assisti é bom", dificilmente será alvo de um julgamento negativo por parte dos interlocutores, mesmo que se trate de uma situação que pede o emprego da variedade padrão. Contudo, construções como "O culpado foi eu" ou "Houveram muitos problemas na firma" podem causar estranhamento entre os ouvintes e gerar preconceito em relação à capacidade discursiva do locutor.

Por essa razão, quando a situação exige adequação à variedade padrão da língua e maior formalismo do discurso, convém que estejamos atentos à concordância verbal.

Figura 12: Continuação da definição de concordância verbal no LD

Após a leitura, o professor deve escrever no quadro branco o detalhamento do comando para ser respondido pelo aluno no caderno.

*Agora, responda:*

*a) A explicação acima, sobre o conteúdo “concordância verbal”, foi retirada do livro didático que vocês utilizam. Nela, afirma-se que há apenas duas formas de concordância verbal. Cite-as.*

*b) Com base nos exercícios anteriores, você concorda com a afirmação do livro didático a respeito da quantidade de formas desse fenômeno? Por quê?*

*c) Como vimos ao longo dos exercícios anteriores, embora o livro didático apresente somente essas formas de concordância verbal, há outras formas de construí-la. Liste outras estratégias vistas nos exercícios anteriores que permitem realizar esse fenômeno.*

Essa etapa poderá ser concluída com o compartilhamento das respostas dos alunos para uma avaliação coletiva, para que sejam analisados os posicionamentos dos alunos a respeito dessa temática.

#### **4ª etapa**

Finalizando essa proposta de abordagem pedagógica, com ênfase na variação da CV, pode-se propor a produção de um verbete para a definição do fenômeno em estudo. Reitera-se, com isso, a importância de se conceberem atividades de consciência linguística (EIXO 1) como atividades de estimulação, e não apenas como atividades que almejam exclusivamente o ensino de uma nomenclatura ou com enfoque excessivo em aspectos metalinguísticos.

Esta atividade epilinguística permite, portanto, o trabalho com a gramática como atividade reflexiva (EIXO I) e também como instância que manifesta fenômenos no âmbito da variação (EIXO III). Sua meta é fazer com que o aluno reflita sobre o conceito do fenômeno em questão e atente para propostas de conceituação diversas para, assim, fazer a definição da concordância verbal. Nesse momento, o professor deve explicitar o comando da atividade no quadro branco.

*Imagine-se na posição de um pesquisador da linguagem que decide buscar informação sobre o termo **concordância verbal**. Após pesquisar e ler várias definições e informações sobre esse assunto, você concluiu que o termo pesquisado apresenta propostas de conceituação diferenciadas a depender da fonte e do autor pesquisados e resolve elaborar um verbete, que será publicado em um prestigiado glossário on-line composto por um conjunto de termos de uma área de conhecimento e seus significados, servindo de apoio aos processos de ensino e aprendizagem da alfabetização, leitura e escrita.*

*Orientações gerais para a produção do verbete:*

- 1. A entrada do glossário vai constituir-se do termo **concordância verbal** e deve vir em negrito por se tratar de língua portuguesa;*
- 2. O texto da definição se inicia por letra minúscula e se encerra sem ponto final. No caso de o verbete contar com mais de uma acepção/definição, cada uma delas vem sempre antecedida de um numeral em negrito; e,*
- 3. Pesquise em diferentes suportes - livros didáticos, dicionários, manuais, etc. - as definições de concordância verbal já existentes antes de iniciar a prática de sua definição.*

De modo geral, a proposta ora apresentada para o ensino de gramática no ensino fundamental enfoca a importância do aproveitamento dos estudos linguísticos para uma prática de ensino voltada para normas reais, objetivando que o aluno desenvolva um conhecimento sobre a concordância verbal e esteja, agora, consciente da sua valoração linguística.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado permitiu, em sua primeira etapa, através de uma pesquisa de base sociolinguística, fazer um levantamento de fatores que presidem à opção do aluno do 9º ano do ensino fundamental pela aplicação ou não da regra de concordância verbal canônica, estabelecendo os contextos em que o aluno tenderia menos à regra padrão, fazendo uma espécie de diagnóstico da realidade da sala de aula quanto ao domínio do tema estudado.

A hipótese, inicialmente formulada, confirma-se pelos resultados da escola pública analisada, com índices percentuais com 7.5% de cancelamento da marca de plural. A ideia inicial era a de que a escola tenderia a refletir o nível socioeconômico dos alunos, assim como a exposição à leitura e o hábito de escrita. Entretanto, os resultados tornam clara a atuação da escola em transmitir e propagar as regras de concordância e inibir a influência da fala na escrita.

Constatamos também que essa variação é influenciada por grupos de fatores linguísticos como, por exemplo, a saliência fônica, a posição do sujeito em relação ao verbo e a distância entre o núcleo do sintagma nominal sujeito e o verbo.

O conhecimento das estruturas citadas, que constituem contextos de alta resistência à aquisição do padrão culto escolar idealizado para o alcance de alto grau de letramento na leitura ou na produção textual, é de fundamental importância para que o profissional de Língua Portuguesa desenvolva uma metodologia que coloque em prática uma proposta de ensino-aprendizagem que viabilize a reflexão sobre os diferentes usos de CV de P6.

Assim, essa segunda etapa, constituída a partir dos resultados e levando em conta a abordagem teórico-metodológica formulada no âmbito da disciplina Gramática, variação e ensino do curso PROFLETRAS (cf. VIEIRA, 2015, no prelo), permitiu a elaboração de uma sequência didática conjugando esses três eixos já descritos e os resultados verificados.

Ainda que a proposta de intervenção metodológica não tenha sido testada por completo, a elaboração desta sequência aqui apresentada permitiu-nos aliar o conhecimento científico, componente essencial na prática cotidiana dos professores, porém pouco considerado ou até mesmo ignorado, à produção de material didático, tarefa que realizamos constantemente, no entanto, sob a qual pouco refletimos.

Retomando a tese inicial de estabelecer a relação entre a norma prescrita pela gramática e o uso efetivo das regras de concordância verbal, assim como a variação daí resultante, foi possível verificar o papel da Escola como disseminadora da norma padrão. O uso, conforme demonstrado neste trabalho, aproximou-se da norma, e a variação mostrou que obedece, na escrita, assim como na fala, a fatores que a favorecem e a outros que a desfavorecem.

Como se vê, a questão apresentada no início dessas reflexões é pertinente: é preciso que se leve às salas de aula uma nova concepção da disciplina escolar Língua Portuguesa no ensino fundamental, passando-se a adotar, para ela, o sentido de Educação Linguística. Isso significa que, ao estudo sobre a língua, deve-se sobrepor o trabalho de reflexão sobre os usos que os diferentes falantes fazem dela, partindo-se, necessariamente, do princípio fundamental da sociolinguística: a heterogeneidade é inerente a toda língua. A variação e a mudança são, portanto, manifestações do fenômeno da linguagem, patrimônio de todos os indivíduos, manifestação da natureza humana. Por isso mesmo, não lhes pode ser caçada, roubada, desconsiderada, desprestigiada.

Nesse sentido, o erro linguístico simplesmente não existe. O trabalho da escola, e não apenas do professor de português, consiste em propiciar aos alunos um ambiente linguístico que lhes permita conviver com realizações linguísticas diferentes daquelas que eles já dominam, trazidas de suas redes sociais, abrindo-lhe possibilidades de expressão cada vez mais novas e mais ricas, surpreendentes, para a construção de sua autonomia nas práticas sociais de leitura e de escrita.

Ao professor de português cabe, especificamente, a tarefa de propor atividades de reflexão linguística sobre esses diversos usos e suas realizações nos diferentes gêneros textuais, seja no reconhecimento de sua estrutura, seja no domínio dos vários recursos linguístico-discursivos a serem concretizados na materialidade do texto. Ampliar competências constitui, portanto, a questão fundamental no trabalho escolar com a língua materna. Tudo o que inibe, dificulta, impede essa atividade deve ser reconhecido como irregular, nocivo, devendo, portanto, ser excluído do conjunto das atividades didáticas.

Essa postura diante das dificuldades do ensino de português na escola vem sendo discutida, explicada, recomendada, autorizada, fundamentada pelos linguistas e sociolinguistas brasileiros respeitados. A escola não pode permanecer afastada dessas discussões, sob pena de, a despeito de todo esforço empreendido, continuar negando aos alunos o direito de se tornarem competentes no uso prestigiado de sua própria língua.

Cabe, dessa forma, ao professor, sobretudo do ensino fundamental, contemplar os fenômenos da variação e mudança linguística de modo mais consistente e cientificamente embasado dentro da sala de aula.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Evanilda Marins. *Uso e norma: variação da concordância verbal em redações escolares*. Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 196 páginas.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BARZOTTO, Valdir Heitor. *Nem respeitar, nem valorizar, nem adequar as variedades linguísticas*. In: *Revista ECOP*, n.2, junho, 2004.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. 15ª reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em Língua Materna: a Sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e Educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BOURDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- CERELA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens, 9º ano*. 6.ed.reform. São Paulo: Atual, 2010.
- COELHO, I. L. ; GORSKI, Edair Maria ; SOUZA, C. M, N ; MAY, Guilherme Henrique . *Para Conhecer Sociolinguística*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015. v. 1. 176p.
- \_\_\_\_\_. *Sociolinguística*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. 172p.
- FARACO, Carlos A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
- FRANCHI, Eglê Pontes. *A redação na escola: e as crianças eram difíceis*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCHI, Carlos; NEGRÃO, Esmeralda; MÜLLER, Ana Lúcia. *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola, 2006.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GRACIOSA, D. M. D. *Concordância verbal na fala culta carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado, 1991.

ILARI, R.; CAMACHO, R. G. (Org.); HATTNER, M. M. D. (Org.); GONCALVES, S. L. (Org.) ; BASSO, R. M. (Org.); NEGRAO, E. V. (Org.); MULLER, A. L. P. (Org.); PEMBERTON, G. N. (Org.); FOLTRAN, M. J. D. G. (Org.); CASTILHO, A. T. (Org.); NEVES, M. H. M. (Org.). *Palavras de Classe aberta / Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, volume 3. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014. v. um. 378p.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LEMLE, M. & NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: *Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras* Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e Fundação Ford, 1977.

LIMA, R. L. de M. Critérios de organização do conteúdo. In: Moura, D. (org.) *Língua e ensino: dimensões heterogêneas*. Maceió: Edufal, 2000, p. 41-50.

LUCCHESI, Dante. *Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro*. *Revista da ABRALIN*, v.5, n.1 e 2, p.83-112, 2006.

MARTINS, M. A. Sobre (a necessidade de) o ensino de gramática: explorando aspectos da sintaxe do sujeito no Português Brasileiro. In: M. A. M. (Org.). *Gramática e Ensino*. 1ed. Natal: EDUFRN, 2013. (Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino; v. 1) p. 189-205.

\_\_\_\_\_. *Gramática ou gramáticas do português brasileiro? O problema da implementação na mudança sintática*. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 32, p. 9-27, 2013.

\_\_\_\_\_; TAVARES, Maria Alice (Org.). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o Ensino de Língua portuguesa*. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2013. 241p.

\_\_\_\_\_; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice. Contribuições da Sociolinguística brasileira para o ensino de português. In: Marco Antonio Martins; Silvia Rodrigues Vieira; Maria Alice Tavares. (Org.). *Ensino de Português e Sociolinguística*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2014, v. , p. 7-35.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

NARO, A. J. & SCHERRE, M. M. P. “Variação e mudança linguística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala.” In: SILVA, O. M. de O. e & TARALLO, F. (Orgs.). *Cadernos de Estudos Linguísticos 20*. Campinas: UNICAMP/IEL, 1991, pp. 9-16.

NEVES, Maria Helena Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. 3. ed. 2. reimp. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009. v. 1. 174p.

PERINI, M. A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PRADO, Rafael Barreto do. *(des)estabilida(des) da produção Sociolinguística: contra a manutenção da ordem*. Orientador: Valdir Heitor Barzotto. São Paulo: s.n., 2010. 162 p.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M.; QUAREZEMIN, Sandra. *Construindo gramáticas na escola*. 1. ed. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2013. v. 1. 184p.

SCHERRE, M. M. P. (1988). *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese de doutoramento.

\_\_\_\_\_; & NARO, A. J. *Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro*. In: SCRIPTA, Belo Horizonte, V.9, nº18, pp. 107-129.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Editora Ática, 2004 [1985]. Séries Princípios.

TRIPP, David. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VIEIRA, S. R. *Variação em dialetos populares do Norte fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado, 1995.

\_\_\_\_\_. O ensino da concordância verbal. In: VIEIRA, S. R. & BRANDÃO, S. F. (2004). *Morfossintaxe e ensino de Português: reflexões e propostas*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Concordância verbal. In: VIEIRA S. R. & BRANDÃO S. F. (orgs.) *Ensino de Gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_; BAZENGA, A. M.. A concordância de terceira pessoa plural: padrões em variedades do Português. In: VIEIRA, S. R.. (Org.). *A concordância verbal em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe*. 1. ed. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho-FAPERJ, 2015, v. 1, p. 29-75.

\_\_\_\_\_; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2011. v. 1. 262p.

\_\_\_\_\_. *Três eixos para o ensino de gramática: uma proposta experimental*, (no prelo).

WEINREICH, U., LABOV, W. HERZOG. I. M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de BAGNO, M. São Paulo. Parábola Editorial, 2006 [1968].

## ANEXOS

1	
2	A Lei Seca na Brasil
3	A lei 11.705/2008, chamada Lei Seca, tem como objetivo
4	diminuir os ateli acidentes ocorridos com os acidentes de trânsito
5	nas ruas devido de bebidas alcoólicas.
6	Essa lei não teve um resultado muito efetivo. De
7	acordo com os resultados em números da lei, apontando
8	no total, os fatos foram poucos. Tendo de se número de aciden-
9	tes relacionados a veículos alcoolizados aumentaram muito.
10	Apesar das ideias mais novas e muitas mais melhorando a
11	condução, falta iniciativa do governo e implementação da
12	regulamentação para a efetivação da lei não alcançada.
13	As empresas de bebidas alcoólicas devem passar
14	um Distribuidor, mas há uma necessidade de regulamentar
15	alcoólicas e ir em um lugar seguro. De os lugares que
16	recolhem essas bebidas, chamamos um tipo de seguro que
17	o direito paga uma conta. De até mesmo os ônibus mais
18	seguros e a tarifa mais barata.
19	Embora quem bebe e dirige sempre está errado
20	

1 A Lei Seca no Brasil surgiu em  
 2 2008 com o objetivo de diminuir a incidência  
 3 de bebidas alcoólicas no trânsito. A Lei Seca  
 4 ajudou o país em números de atendimento  
 5 hospitalar com -13%. Apresentamos um dos benefícios  
 6 típicos; vítimas de acidente no Grande Rio e Médio Nor  
 7 te redução estatísticas fatais mas esse número  
 8 não está como a sociedade queria.  
 9 População quer que melhorem as estradas  
 10 em algumas placas e melhorarem o atendimento  
 11 da auto-escala, também placas e campanhas  
 12 no país. O que pede melhorias para  
 13 diminuir essa coisa e para com essa  
 14 (propagandas) de bebidas alcoólicas e  
 15 também atendimento para uma pessoa  
 16 que tem esse problema de beber bebidas  
 17 alcoólicas no trânsito e também fala no celular  
 18 quando andar isso que pede fazer.  
 19

1	
2	A Lei PP. 705/2002 tinha com intenção diminuir
3	o número de acidentes de carro por embriaguez, mas
4	pouco mudou. De fato, depois que a lei foi aplicada, o
5	atendimento hospitalar na questão de acidentes de carro
6	por embriaguez diminuiu em 13%, a Média Nacional de
7	admissão de vítimas fatais diminuiu em 6,2%.
8	O que pode ter sido feito para resolver esse
9	problema, os pessoas que bebem e que logo depois
10	vai para sua casa dirigindo e que não sabe
11	porque sempre sofrem um acidente, tem que para
12	e pensar no caso que está ocorrendo, provavelmente a
13	diminuiu o consumo de bebidas porque consequentemente
14	diminuiu o número de acidentes. Por que pois mais
15	que a pesquisa sempre ainda continua sendo
16	antes acidentes. Como adição deveria depender do
17	índice de acidentes por mil em um estado abstrato e
18	país de bebidas alcoólicas.
19	A Lei seca os valores teve efeito negativo, por que
20	mesmo que o índice de acidentes diminuiu muito
21	passaram mais por ano. Como foi dito para a
22	admissão, devia passar melhor porque se aumentou a
23	permissão não vai ajudar.

1	
2	A Lei Seca foi criada no ano de 2008,
3	com o objetivo de diminuir os acidentes de
4	trânsito alcoolizados no trânsito. Mas isso não
5	teve muito efeito, por que os policiais não
6	param para provar que isso é para a mu-
7	lher. Elas só dão importância quando dá
8	no seu bolso.
9	Eu acho que isso é uma boa lei, mas
10	as propagandas ajuda a aumentar o consumo
11	de bebidas, e que isso deveria diminuir. Esse
12	problema deveria ser tratado com mais poli-
13	ciamento nos ruas, com policiais que quan-
14	do pigarram pessoas alcoolizadas não "liberam"
15	elas um Troca de dinheiro.
16	Minha proposta para isso é que quando
17	alguém for pego bebendo recebe uma multa,
18	pinca a carteira de habilitação e va para

1 A lei seca (Lei número 11.705/2008) foi criada para  
2 diminuir os acidentes de trânsito ~~em~~ causados pelo  
3 consumo de bebida alcoólica mas não teve muito  
4 êxito, pois o número de diminuição dos casos foram  
5 muito baixos quase não teve efeito, mesmo depois  
6 do aumento da consequência após ser pego, mesmo  
7 depois do aumento do uso dos bafômetros (etilôme-  
8 tro) pelos policiais e mesmo depois do aumento de  
9 policiais nas estradas. Uma das possíveis soluções  
10 para esse problema seria a diminuição das propa-  
11 gandas que induzem as pessoas a consumir as  
12 bebidas alcoólicas ou também o reforço na  
13 fiscalização. Na minha opinião, o número de bares  
14 e outros lugares que vendem bebidas deveriam ser  
15 diminuídos, e se possível, deveriam ficar localiza-  
16 dos em locais onde tem pontos de taxis para  
17 facilitar a mudança de ideia dos consumidores  
18 dessas bebidas.  
19

1 Título: Eficácia da Lei Seca no Brasil  
 2 A pes a leitura eu percebi que a implanta-  
 3 ção da lei seca no Brasil não teve muitos re-  
 4 sultados porque a média nacional de redução  
 5 vítimas fatais foi de 6,2%. E também porque as  
 6 pessoas continuam bebendo, mas 97% das pessoas  
 7 apreenderam o uso dos balômetros. A redução  
 8 de Atendimento Hospitalar foi de 13%, e a de  
 9 vítimas de acidente no Grande Rio foi de 27%.  
 10 Bem, na minha opinião eu acho que a  
 11 mas do problema seria diminuir as propagações  
 12 das de televisão, mas não é só o álcool que  
 13 causa os acidentes de trânsito, também o mau  
 14 estruturação dos sinais de trânsito e a  
 15 utilização de celular em quanto dirige o  
 16 veículo.  
 17

1 Título: Eficácia da Lei Seca no Brasil  
 2 A pes a leitura eu percebi que a implanta-  
 3 ção da lei seca no Brasil não teve muitos re-  
 4 sultados porque a média nacional de redução  
 5 vítimas fatais foi de 6,2%. E também porque as  
 6 pessoas continuam bebendo, mas 97% das pessoas  
 7 apreenderam o uso dos balômetros. A redução  
 8 de Atendimento Hospitalar foi de 13%, e a de  
 9 vítimas de acidente no Grande Rio foi de 27%.  
 10 Bem, na minha opinião eu acho que a  
 11 mas do problema seria diminuir as propagações  
 12 das de televisão, mas não é só o álcool que  
 13 causa os acidentes de trânsito, também o mau  
 14 estruturação dos sinais de trânsito e a  
 15 utilização de celular em quanto dirige o  
 16 veículo.  
 17

1 A lei sica foi imcentada para ver se o índice  
 2 de acidentes e mortes diminuiria mais segundo o  
 3 TEXTO 2 não é bem isso se não é assim  
 4 com causa a mortalidade caiu apenas -6,2%.  
 5 O problema é falta de conscientização dos agentes  
 6 de órgãos públicos existe muita suborno,  
 7 e também propagandas incantando a julgar público  
 8 aplicar a família e não dizer no sentido opinião  
 9 das incantando a julgar para não perder o mercado de  
 10 melindas alcaetras, a lei não a missão de  
 11 ajudar a sociedade para as coisas de alcaetras  
 12 da direção. Tem bem um bela Herigante  
 13 Justo uma ideia: Tomar fazer incantando em  
 14 palavras utilizadas para decorações de copos, de  
 15 frases ininteligíveis para o consumidor. Em cada  
 16 lado, há um espaço para o cliente designar seu  
 17 chamar um taxi depois de beber. As mesmas  
 18 tem tubos de chape de alumínio recebendo  
 19 Pequenas verticais de metal marcadas com  
 20 uma Pequena radela de papel na boca do copo.  
 21 marcando um fecho de segurança todas as tubos  
 22 servidos passam a beber uma Boca no cliente  
 23 Ao beber decorear seu copo com a opção designar  
 24 vícios para si, as imagens apresentando um  
 25 a mesma facilidade, podendo causar repulsa  
 26 fagunda como que o decorear fugitivo do copo  
 27 se entretém vícios mostrando o lado com  
 28 o desenho de um taxi ele rapidamente gruda  
 29 na base do copo. Solução: mais conscientização  
 30 e inteligência. Fim

1	
2	A lei não foi criada com o intuito de fazer a Zoroastrianism com algum
3	valor digno a lei. Ela foi criada em 2007, e com a criação da legislação foi
4	criada a lei com o intuito de regulamentar a situação de que foi criada
5	um estudo significativo, na redução de número de acidentes com álcool.
6	Alguns dados mostram que a lei teve um efeito negativo, com 13% de abin-
7	dimento nos acidentes. Exatamente no mesmo período, mais acidentes, e
8	melhorias, e que não são a mesma. E isso aconteceu a situação, depois de 2007
9	com a criação a lei não foi a mesma, e a situação não mudou a situação da
10	lei de álcool.
11	Os dados mostram que a lei não teve o efeito de reduzir o número de acidentes
12	na direção também não de uma legislação, mas que não se tornou como a
13	lei de regulamentação a situação, de fato com algumas, entre outras.
14	Não aponta a criação da legislação, que não tem de ser feita, deve
15	ser feita de forma a quantidade de acidentes de trânsito, e a lei não foi criada
16	com o intuito de fazer a lei de álcool, e a lei não foi criada, e a lei não foi criada
17	com o intuito de fazer a lei de álcool.

1	
2	<u>Objetivos da Lei seca.</u>
3	A lei seca surgiu em 2008 com o objetivo de alertar a sociedade
4	para os perigos do álcool associado à direção, no entanto, será
5	que tivemos resultados? Será que a lei fez a diferença para redu-
5	zir o número de vítimas fatais por conta da exposição excessiva
7	álcool em direção? O que sabemos é que a lei foi criada
3	com um objetivo.
1	Sabendo do objetivo da lei eu diria que não tivemos muitos
0	resultados, que reduziram bem o número de vítimas mas não
1	tanto, poderia ter surgido um resultado melhor.
2	A minha proposta é diminuir as propagandas de bebidas
3	alcoólicas que espalham muita as mesmas ideias estereoti-
4	do em geral: "BEBA COM MODERAÇÃO", as pessoas deveriam edu-
5	car-se mais e não ficar ouvindo desde as polícias rádio,
5	porque a lei é pra manter firme e firme de todos, deveria
7	também ter mais policiais rigorosos que não se rendem
1	a corrupção e também os resultados não tem mais que
1	deixar.

1	
2	<u>Objetivos da Lei seca.</u>
3	A lei seca surgiu em 2008 com o objetivo de alertar a sociedade
4	para os perigos do álcool associado à direção, no entanto, será
5	que tivemos resultados? Será que a lei fez a diferença para redu- zir o número de vítimas fatais por conta da exposição ao álcool
6	em direção? O que sabemos é que a lei foi criada
7	com um objetivo.
8	Sabendo do objetivo da lei eu diria que não teve muitos
9	resultados, que reduziu bem o número de vítimas mas não
0	tanto, poderia ter surgido um resultado melhor.
1	A minha proposta é diminuir as propagandas de bebidas
2	alcoólicas que espalham muita as mensagens erradas
3	do tipo "Beba com moderação", as pessoas deveriam edu- car mais e não ficar ouvindo tudo as mensagens erradas
4	porque a lei é pra manter firme e firme de todos, deveria
5	também ter mais policiais rigorosos que não se rendem
6	a corrupção e assim os resultados iam ser mais orga- nizados.
7	
8	
9	

1	
2	Lei seca
3	Lei número 11.705/2008 surgiu com o intuito
4	de diminuir os acidentes de trânsito, pois o
5	uso de bebidas alcoólicas tem sido cada vez
6	maior.
7	Esta lei teve efeito negativo, porque não adi-
8	anta apenas algumas pessoas se conscientizarem
9	e outras não, e também as rodovias mal
10	realizadas e com <del>infra</del> infraestrutura ruim
11	isso tudo ajuda na desordem de trânsito.
12	Para que essa lei realmente funcione deveria
13	ter um tipo de vigilância para bares, bares
14	comerciais que <del>influenciam</del> a venda de bebidas
15	(influenciam) alcoólicas e as pessoas deveriam
16	se conscientizar do que fazem. <del>Então</del>
17	

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	

## Efeitos da Lei Seca

A lei Seca foi criada em 2008 para tentar diminuir o número de acidentes no trânsito, mas o efeito dela foi insubstante. Mesmo com a lei, muitas pessoas dirigem após de beber, ignorando as leis. Mas isso também é culpa do governo que culpa as pessoas e também as inúmeras propagandas de TV que incentivam muito as pessoas a ingerir álcool, as festividades, simplificação e eliminação.

Há muitas formas de melhorar essa situação como diminuir as propagandas que incentivam a consumo de bebidas alcoólicas, aumentar as estradas, diminuir a corrupção e claro, ter controles que beber e dirigir não combina.

1 A lei 13.709/2018, foi criada para que as pessoas  
2 de beber e dirigir alcoholizadas, na maioria dos  
3 casos levam a morte. De acordo com esta lei podem  
4 ~~sem~~ beber, mais não dirigir. Os resultados desta  
5 lei não foram tão bons, este efeito deu pouco índice  
6 de diminuição, até que 97% das pessoas aprovaram  
7 a aprovação e usodes bafômetros, mais o índice  
8 de mortes, atendimento hospitalar ainda são altos.  
9 Minha opinião é que podem e deveriam se consien  
10 tizar a não repetir este erro, pois é as violas  
11 que estão em foga. Que usem mais o táxi  
12 ou chame um amigo que não beba etc.

1 A lei seca.

2 A lei seca foi feita para acabar com os

3 pessoas que bebem quando estão dirigindo.

4 No Brasil, estão tendo muitos acidentes,

5 muitos deles por causa de pessoas que

6 bebem no volante, e por isso fizeram a

7 lei seca, mas o resultado desta lei

8 não é que todos esperavam. O resultado

9 foi ruim, foi negativo para todos. Eu acho

10 que eles fizeram uma outra lei para

11 tentar diminuir mais. Eles poderiam fazer

12 uma lei mais agressiva como por exemplo

13 quem tem bebido no volante pedir a

14 carteira e o carro sem desenvolver nenhum.

15

1 Bem como todos nós, latinos, no Brasil tem  
 2 muitos acidentes por culpa da bebida, por isso foi  
 3 implantado uma nova lei, na forma de lei seca  
 4 Na minha opinião, os nós acidentes muito  
 5 pois ela em números diminuiu 13%  
 6 em atendimento hospitalar, 29% em vítimas de  
 7 acidente no Grande Rio e 6,2% Média nacional de  
 8 redução vítimas fatais.  
 9 A justiça já viu que nós estes acidentes  
 10 e decidiu que fosse uma pena injusta, e quem  
 11 fosse pega dirigindo bebado deveria uma multa  
 12 de quase dez mil reais e perderia a car-  
 13 teira.  
 14 Ou seja que a justiça deve ser mais ad-  
 15 gida, e que os acidentes de bebado sejam  
 16 reduzidos, pois eles influenciam muito as pes-  
 17 soas.  
 18

1 A lei seca foi criada para a diminuição de  
2 acidentes envolvendo álcool, essa lei teve um  
3 efeito mas foi muito pouco pois podemos observar  
4 que uma boa parte da população dirige embria-  
5 gada e é por esse motivo que ainda há pessoas que  
6 acabam morrendo em acidentes nas estradas, e  
7 uma boa parte destes acidentes envolve bebidas  
8 alcoólicas e já que mesmo com a lei seca ain-  
9 da pessoas que dirigem alcoolizadas as autoridades  
10 podiam criar mais consequências para quem di-  
11 rigisse alcoolizado como por exemplo podiam tir-  
12 ar o direito daquela pessoa de dirigir e em vez  
13 de tirar ponto da carteira de motorista podiam  
14 fazer com que aquela pessoa não volte a dirigir e  
15 podiam fazer com que diminuíssem as propagandas  
16 de bebidas alcoólicas e explicar detalhadamente  
17 os riscos que a pessoa pode correr de dirigir em-  
18 briagada e que não só ela pode correr mas tamb-  
19 ém o risco que ela poderá está colado a outras  
20 pessoas e com isso conscientizar as pessoas para  
21 que elas não voltem a dirigir embriagadas  
22  
23

1	Lei seca no Brasil.
2	A lei seca surgiu em 2008, e
3	foi criada para diminuir os
4	acidentes no trânsito, porém, eh
5	não teve muito efeito, pois ain-
6	da ocorre muitos acidentes.
7	A lei 11.705/2008 teve efeito para
8	alguns, pois o governo teve outras
9	ideias para que não ocorra muito
10	acidentes por uso de álcool. Como: se
11	você beber enquanto dirigir você pa-
12	gará uma multa de quase 2.000
13	Reais, seu carro e sua carteira de
14	abilitação e placa.
15	Esses acidentes pode diminuir
16	com: diminuir as propagandas
17	de cervejas, entre outros tipos de ál-
18	cool.
19	

1	
2	Lei Seca
3	A utilização de bebidas alcoólicas é
4	responsável por 30% dos acidentes de trânsito,
5	com isso pode tirar vida de sua família
6	e até levar a morte.
7	Os anúncios feitos em nossa TV, incentivam
8	as pessoas beberem mais e causar mais
9	acidentes em nosso dia-a-dia.
10	A culpa também não é dos alcoólicos,
11	e sim do governo, a falta de estrutura das
12	estradas que podem causar acidentes de trânsito.
13	O atendimento hospitalar diminuiu -13%,
14	e as mortes no trânsito por alcoolismo, foram
15	diminuídas -6,2%.
16	Com tudo isso, podemos observar que
17	o crescimento do álcool está cada vez
18	maior e gerando mais acidentes. É
19	para melhorar essa lei o governo poderia
20	ajustar as sinalizações de trânsito.

1	"Lei Seca no Volante"
2	A utilização de bebidas alcoólicas é responsável por
3	dos acidentes de trânsito. É metade das mortes,
4	está subindo o uso de álcool por motoristas. Diante
5	deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu como
6	uma enorme medida: alertar a sociedade
7	para os perigos de álcool associado à direção.
8	Para conter a tendência de crescimento de mortes
9	no trânsito, era necessária uma ação emergencial. E
10	Pouco no Governo Federal a primeira passo, desde a
11	promulgação da nova legislação é a aquisição de milhares
12	de Alômetros.
13	Lei Seca em números, - 83% atendimento Hospitalar;
14	97% Aproximam a uma do Alômetros; - 27% Vítimas de
15	acidente no Grande Rio; - 60% Média Nacional de
16	Redução Vítimas fatais.
17	

1	Lei seca no Brasil
2	A lei seca é basicamente para incentivar
3	a não dirigia no volante. Acho que cada um
4	tem a consciência de que se beber, com
5	medicação, talas, não pode e nem deve dirigir
6	para não causar acidentes ou também mortes
7	ela foi criada aqui no Brasil, para diminuir
8	os níveis de acidentes e tentar conscientizar os
9	motoristas.
10	O efeito foi negativo na minha opinião, porém
11	ajudou as pessoas mas não é suficiente. Sabemos
12	que existe a balémetra que na maioria das
13	vezes apreem.
14	Digamos que o efeito poderia melhorar, tanto
15	como na hora de dirigir, estando com a
16	celula, ou de vez em quando desrespeitam
17	as regras de trânsito. Outra coisa também
18	para evitar os acidentes é chamar um
19	paciente para levá-lo para casa, ou algo
20	assim.
21	A proposta é que poderiam beber cervejas com
22	álcool, apesar de ser difícil.
23	

1	
2	Lei Seca
3	A utilização de bebidas alcoólicas aumenta a cada
4	dia e muitas pessoas morrem por causa do excesso de
5	álcool no sangue, causando acidentes e ficando vítimas
6	de pessoas inocentes.
7	A Lei 11.705/2008 foi criada no Brasil para
8	diminuir os acidentes causados por motoristas
9	alcoólicos. Por tanto, o governo federal deu o primeiro
10	passo, proibindo motoristas e fazendo o teste de
11	biópsia.
12	Essa lei no Brasil não tem muito efeito,
13	pois muitos acidentes continuam acontecendo, muitos de
14	inocentes, tudo isso por causa do excesso de
15	álcool e muitas vezes, motoristas não são punidos.
16	Para que não ocorra mais esse tipo de coisa,
17	diminuir as propagandas de bebidas alcoólicas seria
18	uma maneira grande a população brasileira.

1 Efeitos da implantação da lei seca no Brasil  
 2 A implantação da lei seca no Brasil, foi uma  
 3 boa ideia. Porém os cidadãos não a receberam  
 4 muito bem.  
 5 Como exemplo de má recepção podemos  
 6 citar a insistência dos motoristas em beber,  
 7 e logo após dirigir. É justamente para  
 8 evitar esses motoristas que existem em  
 9 dirigir bêbados, foram colocados policiais  
 10 nas postais e rodovias, e isso reduziu um  
 11 pouco essa situação; Mas muitas das  
 12 vezes existem suborno que livram os  
 13 motoristas imprudentes das multas.  
 14 Então podemos dizer que essa lei  
 15 teve pouco efeito, digamos: um efeito  
 16 negativo.  
 17 É como solução desse problema,  
 18 podem ser colocados nas rodovias  
 19 policiais qualificados, policiais que  
 20 gostam realmente do que faz e que  
 21 são honestos; Pois apenas com os  
 22 comerciantes que anunciam a bebida  
 23 e depois avisam para não diri-  
 24 gir após beber, não vai aumentar  
 25 muita coisa, pois se não obedecer  
 26 com os policiais das vias não vão  
 27 obedecer apenas aos comerciantes  
 28 que influenciam a beber e  
 29 depois dizem para o usuário da  
 30 bebida não beber.

1	
2	o plano de número 11 (Linha 11) está desde o ano de 2018 com o
3	objetivo de aproximar os serviços essenciais de trânsito ocorridos no novo país e as empre-
4	dezas que existem no trânsito. O plano é o principal agente que provoca essas melhorias aciden-
5	ta e mortes no Brasil, 77% das pessoas no Brasil aprovaram o uso do aplicativo, mas as vendas
6	de o índice que mais fez <sup>redução</sup> <del>diminuiu</del> mais não <sup>reduziu</sup> <del>diminuiu</del> que foi o índice de mor-
7	ta depois 6,3% foi a redução de acidentes fatais no novo país
8	Além disso, apesar a Lei Seca até Valeu, mas não ao ponto de <del>empurrar</del> <del>empurrar</del> <del>empurrar</del>
9	risco das autoridades e também da sociedade em geral, apesar pelo fato de ainda ocorrerem
10	diversos acidentes e mortes no trânsito, <del>o total apenas 4%</del> de uma perspectiva de 100%
11	há uma <del>apenas</del> <del>uma</del> redução de 22% na acidentes no Rio; em geral, não teve grande efeito,
12	positivo não.
13	O que realmente devemos ter em mente são a competência das polícias de trânsito
14	e a responsabilidade do Governo, porque em determinadas vezes <del>para</del> a sociedade <del>que</del> <del>pre-</del>
15	senciam falhas das autoridades, como por exemplo a falta de fiscalização da PRF e
16	o consentimento do Governo perante as bebidas alcoólicas na sociedade.
17	

1 A Lei Seca surgiu em 2008 com o fito  
 2 de alertar a sociedade para os perigos  
 3 do álcool associado à direção. Para acabar  
 4 com o aumento de Mortos no Trânsito,  
 5 era necessária uma ação rápida. O gover-  
 6 no Federal deu a primeira mão em col-  
 7 car milhares de Botâmetros em todo o  
 8 país. Com isso não ocorreu um acidente  
 9 muito grande. Pois algumas pessoas não  
 10 obedeciam a Lei de Número 11.705/2008,  
 11 mas para tentar diminuir os acidentes  
 12 de trânsito com bebida alcoólica, foi  
 13 criada uma aumento rigorosa na multa,  
 14 que passou a ser cerca de dois mil  
 15 reais, a apreensão da carteira de Motoris-  
 16 ta por um ano e a apreensão do veículo,  
 17 caso o indivíduo não pague a multa de  
 18 uma vez e dependendo da situação  
 19 ser pior. Na minha opinião eu acho  
 20 que a Lei Seca teve efeito, mas  
 21 diminuiu os acidentes causados por  
 22 álcool e trânsito. Para isto me ajudou  
 23 um comarcado que os motoristas  
 24 foram de fazer obrigatório limitar a  
 25 produção uma cerveja com 0% de  
 26 álcool e que todos os motoristas  
 27 bebam de água que ele sabe quando  
 28 bebe e dirige, os motoristas tem o  
 29 por a sua vida em risco e das outras  
 30 pessoas inocentes.

1 A Lei seca não vem sendo muito usada  
 2 pelas pessoas de hoje pois as pessoas não  
 3 dão muita atenção as propagandas, informações  
 4 por isso ainda tem um índice muito alto  
 5 de mortes no trânsito pelo excesso de álcool  
 6 Bem, não tem e nem tá tendo muito  
 7 efeito, pois o texto mostra que só - 6,2% índice  
 8 nacional de redução de vítimas fatais, isso  
 9 quer dizer que por mais que tenha várias  
 10 formas de demonstração para as pessoas que  
 11 bebem não bebem no mesmo dia, mas elas  
 12 bebem e dirigem por isso eu tenho quase  
 13 certeza que 50% percento das mortes são  
 14 por pessoas alcohólicas.  
 15 A minha opinião é que tem que ser reapi-  
 16 va, e eu acho que devemos fazer mais coisas  
 17 para diminuir esses acidentes do tipo isso.  
 18 por exemplo de sinalização, evitar alguns sinais  
 19 que estão funcionando mal, e ter propaga-  
 20 ndas que incentivem mais as alcohólicas a  
 21 terem mais consciência na hora de não de-  
 22 rrogar a bebida.  
 23 Em fim isso é o que eu acho que  
 24 poderemos fazer no Brasil.  
 25

1	A Lei Seca
2	No ano de 2008 foi lançada uma no-
3	va lei no Brasil, chamada "Lei Seca",
4	Essa lei proíbe que qualquer pessoa
5	possa dirigir sobre o efeito do álcool,
6	A lei 11.705/2008.
7	A lei não causou muito efeito no pr-
8	ncípio, nem está causando agora. Pois,
9	os números de acidente por conta de
10	álcool no volante ainda é elevado.
11	A mesma em números de atendimentos
12	nos hospitais foi de menos 13%, e o
13	número de pessoas que apreivam a ba-
14	lômetro (instrumento que serve para medir
15	o grau de álcool ingerido) foi de 97%, e o
16	porém foi que os acidentes tiveram apenas
17	menos 6,2% de redução. <del>de acidentes</del>
18	Esse efeito negativo não é só por con-
19	ta do consumo de álcool, mas também
20	de mal fiscalização nas rodovias e
21	a falta de estrutura.
22	

1	A Lei Seca
2	No ano de 2008 foi lançada uma no-
3	va lei no Brasil, chamada "Lei Seca",
4	Essa lei proíbe que qualquer pessoa
5	possa dirigir sobre o efeito do álcool,
6	A lei 11.705/2008.
7	A lei não buscou muito efeito no pr-
8	ncipio, nem está causando agora. Pois,
9	os números de acidente por conta de
10	álcool no volante ainda é elevado.
11	A mesma em números de atendimentos
12	nos hospitais foi de menos 13%, e o
13	número de pessoas que apreivam a ba-
14	lômetro (instrumento que serve para medir
15	o grau de álcool ingerido) foi de 97%, e o
16	porém foi que os acidentes tiveram apenas
17	menos 6,2% de redução. <del>de acidentes</del>
18	Esse efeito negativo não é só por con-
19	ta do consumo de álcool, mas também
20	de mal fiscalização nas rodovias e
21	a falta de estrutura.
22	

1	
2	Lei seca
3	A lei seca no Brasil é um caso complicado, porque na maioria
4	das vezes não adianta de nada. O objetivo da lei seca é conscientizar
5	os motoristas de trânsito a não dirigir alcoolizados, e com isso
6	se eles forem pegos no etômetro não ter que pagar uma multa,
7	blisar pontos no carteira e seu carro é apreendido.
8	De todos os acidentes que acontecem no Brasil 30% deles tem
9	haver com bebidas alcoólicas. Essa lei teve muita negatividade, pois,
10	razionalmente nos hospitais apenas 13% dos acidentados por esse
11	motivo absorvem, nos acidentes de trânsito fatais foram apenas
12	6,7% absorvidos.
13	Concluímos que, para essa lei começar a ter pontos positivos,
14	seria bem diminuir os propagandas de bebidas alcoólicas nos
15	televisões, em alguns casos em novelas, e na maioria dos casos espes-
16	tes no BR, também o governo poderia melhorar as sinalizações nos
17	ruas, <del>mas</del> e também melhorar as estradas para evitar as
18	consequências desses acidentes diminuir, ou até mesmo deixar essa
19	lei mais rigorosa, para que as pessoas se intimidem também
20	assim comecem a se intimidar e colocarem as mãos na consciência.

## 1 Luia Seca no Brasil

2 A lei seca no Brasil, surgiu com uma emer-  
3 me missão, de alertar a sociedade para  
4 os perigos do álcool associados ao volante.  
5 Porque o objetivo do governo é diminuir a  
6 causa de fontes acidentes, mas como não  
7 diminuir por não é o álcool que faz  
8 acontecer fontes, e também a má sinali-  
9 zação, a má infraestrutura das rodovias  
10 e a impudência do cidadão ao volante, como  
11 no uso de aparelhos celulares, ingerir comida  
12 enquanto está dirigindo etc.

13 Para diminuir fontes causas de morte  
14 deveria ser mais rígida em relação a esse  
15 cenário preocupante.

16 Nenhum alerta não só os cidadãos, mas  
17 também o governo Federal, lhes dando  
18 uma proposta bem mais crítica, digamos  
19 dura.  
20